

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	21
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	22
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	78
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	130
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	133
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	134

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	615.270.107
Preferenciais	0
Total	615.270.107
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	6.038.404	6.239.935	5.889.188
1.01	Ativo Circulante	1.328.124	1.346.798	1.168.364
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	120.653	279.821	125.744
1.01.03	Contas a Receber	806.709	607.191	635.131
1.01.03.01	Clientes	806.709	607.191	635.131
1.01.04	Estoques	159.802	237.657	208.065
1.01.06	Tributos a Recuperar	144.152	90.061	50.016
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	96.808	132.068	149.408
1.01.08.03	Outros	96.808	132.068	149.408
1.01.08.03.01	Imposto de renda e contribuição social	15.059	50.052	42.051
1.01.08.03.02	Outros créditos	81.749	82.016	107.357
1.02	Ativo Não Circulante	4.710.280	4.893.137	4.720.824
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	990.302	1.153.545	878.825
1.02.01.04	Contas a Receber	14.390	19.909	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	238.750	422.440	288.261
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	238.750	422.440	288.261
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	737.162	711.196	590.564
1.02.01.10.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	7.238	76.856	116.642
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	222.246	189.827	127.548
1.02.01.10.05	Ativos indenizatórios	12.530	5.494	658
1.02.01.10.06	Contas a receber de partes relacionadas	281.432	222.120	156.173
1.02.01.10.07	Tributos a recuperar	213.716	216.899	189.543
1.02.02	Investimentos	3.388.291	3.400.686	3.622.543
1.02.03	Imobilizado	70.908	90.813	112.594
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	70.908	90.813	112.594
1.02.04	Intangível	260.779	248.093	106.862

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	6.038.404	6.239.935	5.889.188
2.01	Passivo Circulante	1.263.412	1.356.027	1.079.616
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	45.052	41.667	25.897
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.052	41.667	25.897
2.01.02	Fornecedores	786.456	857.578	651.235
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	786.456	857.578	651.235
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	250.100	247.844	239.494
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	250.100	247.844	239.494
2.01.05	Outras Obrigações	181.804	208.938	162.990
2.01.05.02	Outros	181.804	208.938	162.990
2.01.05.02.04	Tributos a recolher	73.264	88.872	88.870
2.01.05.02.05	Contas a pagar pela aquisição de investimentos	71.398	78.484	2.244
2.01.05.02.06	Compromissos com Aquisições de investimentos	37.142	41.582	71.876
2.02	Passivo Não Circulante	2.263.222	1.757.257	1.828.849
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.275.783	1.192.769	1.353.103
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.275.783	1.192.769	1.353.103
2.02.02	Outras Obrigações	872.343	558.758	470.727
2.02.02.02	Outros	872.343	558.758	470.727
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	1.658	1.195	1.966
2.02.02.02.04	Fornecedores e outras contas a pagar	807.059	457.627	247.707
2.02.02.02.05	Contas a pagar pela aquisição de investimentos	63.626	49.179	115.902
2.02.02.02.06	Derivativos	0	0	3.638
2.02.02.02.07	Compromissos com Aquisições de investimentos	0	50.757	101.514
2.02.04	Provisões	115.096	5.730	5.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	97.611	0	0
2.02.04.01.05	Aporte para futuro aumento de capital	79.710	0	0
2.02.04.01.06	Provisão para passivo a descoberto	17.901	0	0
2.02.04.02	Outras Provisões	17.485	5.730	5.019

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	17.485	5.730	5.019
2.03	Patrimônio Líquido	2.511.770	3.126.651	2.980.723
2.03.01	Capital Social Realizado	1.406.249	1.406.249	1.403.574
2.03.02	Reservas de Capital	1.105.521	1.513.966	1.238.407
2.03.04	Reservas de Lucros	0	206.436	338.742

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.421.094	2.485.497	2.338.888
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.153.841	-2.201.350	-2.061.740
3.03	Resultado Bruto	267.253	284.147	277.148
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-204.464	-167.423	-49.185
3.04.01	Despesas com Vendas	-118.006	-122.791	-111.669
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-180.138	-172.358	-137.684
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	158.611	133.508	125.042
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-41.303	-1.786	-5.276
3.04.05.01	Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-5.637	2.554	-869
3.04.05.02	Outras despesas	-35.666	-4.340	-4.407
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.628	-3.996	80.402
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	62.789	116.724	227.963
3.06	Resultado Financeiro	-461.396	-353.152	-347.447
3.06.01	Receitas Financeiras	34.106	14.765	15.219
3.06.02	Despesas Financeiras	-495.502	-367.917	-362.666
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-398.607	-236.428	-119.484
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-188.827	103.029	75.747
3.08.02	Diferido	-188.827	103.029	75.747
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-587.434	-133.399	-43.737
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-587.434	-133.399	-43.737

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-587.434	-133.399	-43.737
4.03	Resultado Abrangente do Período	-587.434	-133.399	-43.737

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-411.477	385.587	-447.320
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	74.592	60.764	117.192
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-587.434	-133.399	-43.737
6.01.01.02	Depreciação e amortização	40.663	17.031	14.941
6.01.01.03	Impostos de renda e contribuição social, líquidos	188.827	-103.029	-75.747
6.01.01.04	Perdas por redução ao valor recuperável	5.637	-2.554	869
6.01.01.05	Remuneração baseada em ações	-14.757	10.780	11.522
6.01.01.06	Perdas na venda de cessão de crédito tributário	14.250	0	0
6.01.01.07	Provisão para contingências	-172	711	2.388
6.01.01.08	Provisão para perda com estoques	-3.481	3.770	-179
6.01.01.09	Juros, variações monetárias, líquidas	318.597	263.458	287.537
6.01.01.10	Baixa de imobilizado, intangível e investimento	80.610	0	0
6.01.01.11	Perdas na venda de participação societária	8.224	0	0
6.01.01.12	Equivalência patrimonial	23.628	3.996	-80.402
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-486.069	324.823	-564.512
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-199.636	40.022	-114.230
6.01.02.02	Estoques	81.336	2.684	-12.016
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-35.302	-70.643	-118.050
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-32.419	-62.279	-48.424
6.01.02.05	Outros créditos	53.297	159.068	-63.823
6.01.02.06	Fornecedores e outras contas a pagar	-71.122	406.143	62.997
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	3.386	15.770	5.981
6.01.02.08	Tributos a recolher	-15.146	-430	73.484
6.01.02.09	Outras obrigações	-9	101.147	-85.847
6.01.02.10	Dividendos recebidos	0	0	39.489
6.01.02.11	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-270.243	-266.659	-304.073
6.01.02.12	Pagamento de contingências	-211	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	220.796	-276.346	-310.495

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.02.01	Contraprestações pagas por aquisições, líquido de caixa adquirido	0	-1.785	-4.300
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível, líquido	-20.874	-132.628	-39.001
6.02.03	Aporte de capital em controladas, líquido das reduções no exercício	-78.699	-158.425	-235.434
6.02.04	Mútuos com partes relacionadas	346.739	-51.716	-31.760
6.02.05	Contraprestação recebida por operações descontinuadas	0	68.208	0
6.02.06	Outros créditos com partes relacionadas	-26.370	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	31.513	44.836	740.529
6.03.01	Aumento de capital	0	267.454	878.326
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	920.959	313.594	1.384.458
6.03.03	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-865.934	-447.506	-1.364.194
6.03.04	Pagamento de parcelas referente a aquisições anteriores	-67.968	-81.406	-149.062
6.03.05	Caixa proveniente de incorporações	0	3.403	0
6.03.06	Pagamento de arrendamentos	-10.548	-10.703	-8.999
6.03.07	Resgate das ações preferenciais de classe B da San Lor	-24.706	0	0
6.03.08	Aporte para futuro aumento de capital	79.710	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159.168	154.077	-17.286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	279.821	125.744	143.030
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	120.653	279.821	125.744

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-408.445	-206.436	0	0	-614.881
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-14.757	0	0	0	-14.757
5.04.12	Resgate das ações preferenciais de classe B (PN-B)	0	-24.706	0	0	0	-24.706
5.04.13	Efeitos societários das vendas e incorporações	0	12.016	0	0	0	12.016
5.04.14	Prejuízo do exercício	0	0	-587.434	0	0	-587.434
5.04.15	Reserva de capital	0	-380.998	380.998	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.406.249	1.105.521	0	0	0	2.511.770

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.403.574	1.238.407	338.742	0	0	2.980.723
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.403.574	1.238.407	338.742	0	0	2.980.723
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.675	275.559	1.093	0	0	279.327
5.04.01	Aumentos de Capital	2.675	264.779	0	0	0	267.454
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.780	0	0	0	10.780
5.04.10	Incorporações	0	0	1.093	0	0	1.093
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-133.399	0	0	-133.399
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	-133.399	0	0	-133.399
5.05.03.02	Reserva legal	0	0	-5.365	5.365	0	0
5.05.03.03	Reserva de lucros	0	0	-128.034	128.034	0	0
5.05.03.05	Prejuízo do exercício	0	0	0	-133.399	0	-133.399
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.105.082	646.361	383.956	0	19.942	2.155.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.082	646.361	383.956	0	19.942	2.155.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	298.492	592.046	0	0	0	890.538
5.04.01	Aumentos de Capital	298.492	602.877	0	0	0	901.369
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.522	0	0	0	11.522
5.04.14	Recompra de ações em tesouraria	0	-22.353	0	0	0	-22.353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-45.214	0	872	-44.342
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.737	872	-42.865
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-45.214	43.737	0	-1.477
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-1.477	0	0	-1.477
5.05.02.09	Reserva de lucros	0	0	-43.737	43.737	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.403.574	1.238.407	338.742	0	20.814	3.001.537

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	2.519.422	2.625.036	2.514.162
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.516.602	2.618.364	2.508.854
7.01.02	Outras Receitas	8.457	4.118	6.177
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.637	2.554	-869
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.274.816	-2.322.649	-2.168.589
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.153.841	-2.201.350	-2.061.740
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-102.134	-100.172	-88.878
7.02.04	Outros	-18.841	-21.127	-17.971
7.02.04.01	Fretes	-18.841	-21.127	-17.971
7.03	Valor Adicionado Bruto	244.606	302.387	345.573
7.04	Retenções	-40.663	-17.031	-14.941
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.663	-17.031	-14.941
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	203.943	285.356	330.632
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.253	10.771	95.621
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-23.628	-3.996	80.402
7.06.02	Receitas Financeiras	34.106	14.765	15.219
7.06.03	Outros	-8.225	2	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	206.196	296.127	426.253
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	206.196	296.127	426.253
7.08.01	Pessoal	116.838	137.056	113.679
7.08.01.01	Remuneração Direta	96.134	90.296	66.349
7.08.01.02	Benefícios	29.835	30.857	31.106
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.626	5.123	4.702
7.08.01.04	Outros	-14.757	10.780	11.522
7.08.01.04.01	Remuneração baseada em ações	-14.757	10.780	11.522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	337.506	74.404	129.194
7.08.02.01	Federais	213.502	-57.205	-41.654
7.08.02.02	Estaduais	123.527	131.198	170.544

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.02.03	Municipais	477	411	304
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	339.286	218.066	227.116
7.08.03.01	Juros	461.312	340.172	339.554
7.08.03.02	Aluguéis	35	29	12
7.08.03.03	Outras	-122.061	-122.135	-112.450
7.08.03.03.01	Multas	1.161	2.481	5.853
7.08.03.03.02	Outros	-123.222	-124.616	-118.303
7.08.05	Outros	-587.434	-133.399	-43.736
7.08.05.01	Constituição de reservas de lucros	-587.434	-133.399	-43.736

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	6.078.772	6.839.291	6.898.636
1.01	Ativo Circulante	2.770.606	3.296.417	3.466.691
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	180.485	365.516	365.624
1.01.03	Contas a Receber	1.003.283	1.019.817	1.313.321
1.01.03.01	Clientes	1.003.283	1.019.817	1.313.321
1.01.04	Estoques	540.144	733.841	866.894
1.01.06	Tributos a Recuperar	759.426	651.951	482.166
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	287.268	525.292	438.686
1.01.08.03	Outros	287.268	525.292	438.686
1.01.08.03.01	Imposto de renda e contribuição social	74.721	128.483	107.152
1.01.08.03.03	Outros créditos	212.547	254.138	331.534
1.01.08.03.04	Ativos não circulantes mantidos para venda	0	142.671	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.308.166	3.542.874	3.431.945
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.311.752	1.357.922	1.115.625
1.02.01.04	Contas a Receber	45.337	19.909	0
1.02.01.04.03	Contas a receber de partes relacionadas	26.370	0	0
1.02.01.04.04	Contas a receber	18.967	19.909	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	535.685	686.249	541.824
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	535.685	686.249	541.824
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	730.730	651.764	573.801
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	324.066	259.928	182.338
1.02.01.10.05	Ativo indenizatório	27.670	122.505	166.866
1.02.01.10.07	Tributos a Recuperar	378.994	269.331	224.597
1.02.03	Imobilizado	195.491	236.691	283.296
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	195.491	236.691	283.296
1.02.04	Intangível	1.800.923	1.948.261	2.033.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	6.078.772	6.839.291	6.898.636
2.01	Passivo Circulante	1.988.279	2.150.621	1.990.623
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	66.184	63.076	53.906
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	66.184	63.076	53.906
2.01.02	Fornecedores	1.076.790	1.245.277	1.312.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.076.790	1.245.277	1.312.492
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	512.207	375.917	307.163
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	512.207	375.917	307.163
2.01.05	Outras Obrigações	333.098	466.351	317.062
2.01.05.02	Outros	333.098	466.351	317.062
2.01.05.02.04	Tributos a recolher	195.180	172.368	199.065
2.01.05.02.05	Contas a pagar pela aquisição de investimentos	96.542	100.020	46.121
2.01.05.02.06	Compromissos com aquisições de investimentos	37.142	41.582	71.876
2.01.05.02.07	Passivos associados a ativos não circulantes	0	152.381	0
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros	4.234	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.560.993	1.541.558	1.906.476
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.350.584	1.271.505	1.472.110
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.350.584	1.271.505	1.472.110
2.02.02	Outras Obrigações	166.683	144.512	261.755
2.02.02.02	Outros	166.683	144.512	261.755
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	7.012	6.992	3.086
2.02.02.02.05	Contas a pagar pela aquisição de investimentos	79.961	86.763	153.517
2.02.02.02.06	Derivativos	0	0	3.638
2.02.02.02.07	Compromissos com aquisições de investimentos	0	50.757	101.514
2.02.02.02.08	Aporte para futuro aumento de capital	79.710	0	0
2.02.04	Provisões	43.726	125.541	172.611
2.02.04.02	Outras Provisões	43.726	125.541	172.611
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	40.696	125.541	172.611

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.04.02.06	Instrumentos financeiros	3.030	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.529.500	3.147.112	3.001.537
2.03.01	Capital Social Realizado	1.406.249	1.406.249	1.403.574
2.03.02	Reservas de Capital	1.105.521	1.513.966	1.238.407
2.03.04	Reservas de Lucros	0	206.436	338.742
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	17.730	20.461	20.814

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.558.538	5.565.261	5.911.466
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.741.521	-4.663.274	-4.998.473
3.03	Resultado Bruto	817.017	901.987	912.993
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-708.522	-720.960	-745.681
3.04.01	Despesas com Vendas	-252.544	-284.845	-326.370
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-435.232	-449.175	-430.394
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	41.454	17.711	24.678
3.04.04.01	Outras Receitas	41.454	17.711	24.678
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-62.200	-4.651	-13.595
3.04.05.01	Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável de contas a receber	-6.786	2.045	556
3.04.05.02	Outras despesas	-55.414	-6.696	-14.151
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	108.495	181.027	167.312
3.06	Resultado Financeiro	-507.656	-422.087	-399.920
3.06.01	Receitas Financeiras	55.809	11.182	21.619
3.06.02	Despesas Financeiras	-563.465	-433.269	-421.539
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-399.161	-241.060	-232.608
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-188.174	107.035	189.744
3.08.01	Corrente	-37.500	-47.485	21.850
3.08.02	Diferido	-150.674	154.520	167.894
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-587.335	-134.025	-42.864
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-587.335	-134.025	-42.864
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-587.434	-133.399	-43.737
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	99	-626	872
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,955	-0,217	-0,071
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,955	-0,217	-0,071

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-587.335	-134.025	-42.865
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-587.335	-134.025	-42.865
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-587.434	-133.399	-43.737
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	99	-626	872

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-221.492	-48.800	-448.278
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	272.840	262.664	214.055
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-587.335	-134.025	-42.865
6.01.01.02	Depreciação e amortização	179.853	173.839	169.089
6.01.01.03	Impostos de renda e contribuição social, líquidos	188.174	-107.035	-189.743
6.01.01.04	Perdas por redução ao valor recuperável	6.786	-2.045	-556
6.01.01.05	Remuneração baseada em ações	-14.757	10.780	11.522
6.01.01.06	Juros e variações monetárias de operações descontinuadas	0	4.044	0
6.01.01.07	Provisão para contingências	4.388	4.707	-61.012
6.01.01.08	Provisão para perda com estoques	-3.869	3.167	-6.366
6.01.01.09	Juros, variações monetárias, líquidas	392.488	309.232	333.986
6.01.01.10	Baixa de imobilizado, intangível e investimento	79.609	0	0
6.01.01.11	Perdas na venda de participação societária	8.224	0	0
6.01.01.12	Perdas na venda de cessão de crédito tributário	26.545	0	0
6.01.01.13	Despesa financeira por marcação a mercado de contratos de energia	7.264	0	0
6.01.01.14	Baixa de arbitragens da Anbioton	-14.530	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-186.643	-76.510	-307.488
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-20.126	275.640	2.046
6.01.02.02	Estoques	197.566	129.886	58.206
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-190.031	-225.755	-379.325
6.01.02.04	Outros créditos	37.529	123.945	-14.279
6.01.02.05	Fornecedores e outras contas a pagar	-137.670	-135.423	-50.089
6.01.02.06	Obrigações trabalhistas	3.108	9.170	-6.809
6.01.02.07	Tributos a recolher	-12.881	-120.311	144.751
6.01.02.08	Depósitos judiciais	-64.138	-77.590	-61.989
6.01.02.09	Outras obrigações	0	273	0
6.01.02.10	Variações das operações descontinuadas	0	-56.345	0
6.01.03	Outros	-307.689	-234.954	-354.845

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.02	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-304.640	-295.326	-336.001
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos	-1.787	-1.742	-18.844
6.01.03.04	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos de operações descontinuadas	0	-3.067	0
6.01.03.05	Variações das operações descontinuadas	0	65.181	0
6.01.03.07	Pagamento de contingências	-1.262	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-67.559	14.119	-80.232
6.02.02	Contraprestações pagas por aquisições, líquido de caixa adquirido	0	-1.785	-4.908
6.02.04	Aquisições de imobilizado e intangível, líquido	-41.189	-27.569	-75.324
6.02.06	Contraprestação recebida por operações descontinuadas	0	68.208	0
6.02.08	Aquisições de imobilizado e intangível de operações descontinuadas	0	-19.827	0
6.02.09	Caixa proveniente de operações descontinuadas	0	-4.908	0
6.02.11	Outros créditos com partes relacionadas	-26.370	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	104.020	34.573	570.438
6.03.01	Efeito líquido das atividades de financiamento de operações descontinuadas	0	-5.202	0
6.03.02	Resgate das ações preferenciais de classe B da San Lorenzo	-24.706	0	0
6.03.03	Aumento de capital	0	267.454	878.326
6.03.04	Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	1.865.180	677.430	1.548.037
6.03.05	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-1.701.558	-754.473	-1.648.167
6.03.06	Aporte para futuro aumento de capital	79.710	0	0
6.03.07	Pagamento de parcelas referente a aquisições anteriores	-74.831	-109.358	-171.378
6.03.08	Pagamento de arrendamentos	-39.775	-41.278	-36.380
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-185.031	-108	41.928
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	365.516	365.624	323.696
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	180.485	365.516	365.624

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651	20.461	3.147.112
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651	20.461	3.147.112
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-408.445	-206.436	0	0	-614.881	-2.731	-617.612
5.04.10	Reserva Legal	0	-380.998	380.998	0	0	0	0	0
5.04.14	Venda de participação societária	0	0	0	0	0	0	-7.637	-7.637
5.04.15	Resgate das ações preferenciais de classe B (PN-B)	0	-24.706	0	0	0	-24.706	0	-24.706
5.04.16	Incorporações	0	12.016	0	0	0	12.016	4.807	16.823
5.04.17	Prejuízo do exercício	0	0	-587.434	0	0	-587.434	99	-587.335
5.04.18	Opções e ações restritas outorgadas reconhecidas	0	-14.757	0	0	0	-14.757	0	-14.757
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.406.249	1.105.521	0	0	0	2.511.770	17.730	2.529.500

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.403.574	1.238.407	338.742	0	0	2.980.723	20.814	3.001.537
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.403.574	1.238.407	338.742	0	0	2.980.723	20.814	3.001.537
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.675	275.559	1.093	0	0	279.327	273	279.600
5.04.01	Aumentos de Capital	2.675	264.779	0	0	0	267.454	0	267.454
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	10.780	0	0	0	10.780	0	10.780
5.04.10	Incorporações	0	0	1.093	0	0	1.093	273	1.366
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-133.399	0	0	-133.399	-626	-134.025
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-133.399	0	0	-133.399	-626	-134.025
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	-5.365	5.365	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucros	0	0	-128.034	128.034	0	0	0	0
5.05.02.09	Prejuízo do exercício	0	0	0	-133.399	0	-133.399	-626	-134.025
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.406.249	1.513.966	206.436	0	0	3.126.651	20.461	3.147.112

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.105.082	646.361	383.956	0	0	2.135.399	19.942	2.155.341
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.105.082	646.361	383.956	0	0	2.135.399	19.942	2.155.341
5.04	Transações de Capital com os Sócios	298.492	592.046	0	0	0	890.538	0	890.538
5.04.01	Aumentos de Capital	298.492	602.877	0	0	0	901.369	0	901.369
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	11.522	0	0	0	11.522	0	11.522
5.04.15	Recompra de ações em tesouraria	0	-22.353	0	0	0	-22.353	0	-22.353
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-45.214	0	0	-45.214	872	-44.342
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-43.737	0	-43.737	0	-43.737
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-45.214	43.737	0	-1.477	872	-605
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	-1.477	0	0	-1.477	0	-1.477
5.05.02.09	Reserva de lucros	0	0	-43.737	43.737	0	0	872	872
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.403.574	1.238.407	338.742	0	0	2.980.723	20.814	3.001.537

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.670.723	5.864.509	6.336.510
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.660.565	5.853.337	6.315.405
7.01.02	Outras Receitas	16.944	9.127	20.549
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-6.786	2.045	556
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.967.920	-4.890.467	-5.264.279
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.734.959	-4.644.649	-4.997.367
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-178.989	-177.418	-178.350
7.02.04	Outros	-53.972	-68.400	-88.562
7.02.04.01	Frete	-53.972	-68.400	-88.562
7.03	Valor Adicionado Bruto	702.803	974.042	1.072.231
7.04	Retenções	-179.853	-173.838	-169.089
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-179.853	-173.838	-169.089
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	522.950	800.204	903.142
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	56.077	18.133	29.096
7.06.02	Receitas Financeiras	55.809	11.182	23.265
7.06.03	Outros	268	6.951	5.831
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	579.027	818.337	932.238
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	579.027	818.337	932.238
7.08.01	Pessoal	237.682	283.503	272.809
7.08.01.01	Remuneração Direta	193.122	205.061	190.561
7.08.01.02	Benefícios	45.031	52.541	53.925
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.286	15.121	16.801
7.08.01.04	Outros	-14.757	10.780	11.522
7.08.01.04.01	Remuneração baseada em ações	-14.757	10.780	11.522
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	383.653	266.800	291.726
7.08.02.01	Federais	284.446	54.509	-62.019
7.08.02.02	Estaduais	97.067	201.493	346.978
7.08.02.03	Municipais	2.140	10.798	6.767

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	545.027	402.059	410.568
7.08.03.01	Juros	512.430	397.148	389.229
7.08.03.02	Aluguéis	37	-571	356
7.08.03.03	Outras	32.560	5.482	20.983
7.08.03.03.01	Multas	4.436	6.309	17.010
7.08.03.03.02	Outros	28.124	-827	3.973
7.08.05	Outros	-587.335	-134.025	-42.865
7.08.05.01	Constituição de reservas de lucros	-587.434	-133.399	-43.737
7.08.05.02	Constituição de reservas de lucros – Não controladores	99	-626	872

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ELFA MEDICAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elfa Medicamentos S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, no Distrito Federal. A Companhia, quando em conjunto com suas controladas (denominadas como “Elfa” ou “Grupo”) atuam no comercio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos de uso humano, produtos dermatológicos, medicamentos especiais para fertilidade, oncologia, hormônios, materiais hospitalares e odontológicos, entre outros.

A Companhia também tem participação societária em outras empresas no território nacional (nota explicativa nº 2), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio. O Grupo comercializa seus produtos para os setores privado (hospitais, clínicas e planos de saúde) e público (federal, estadual e municipal).

No último trimestre de 2025, a Companhia alterou seu objetivo social, passando a incluir a atividade de comercialização de energia elétrica. A referida atividade foi implementada de forma acessória as atividades operacionais principais, buscando diversidade de nossas atividades, não representando, até a presente data, alteração relevante no modelo de negócios ou nos principais riscos assumidos pela Companhia.

2. RELAÇÃO DE EMPRESAS CONTROLADAS

	2025	2024
Controladas diretas:		
Prescrita Medicamentos Ltda. (“Prescrita”)	100%	100%
Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica Jaw”)	100%	100%
Medcom Comércio de Medicamentos Ltda (“Medcom”) (a)	100%	100%
G.B. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda (“GB”) (a)	100%	100%
Salus Latam Holding S.A. (“Salus”) (b) (*)	-	100%
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.(“Biohosp”)	100%	100%
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda. (“Dupatri”)	100%	100%
DRS Holding de Sociedades Empresariais Ltda. (“DRS”) (d)	-	100%
Sadraque Participações S.A. (“Sadraque”) (c) (*)	-	95%
TLS Logística Hospitalar e Transporte de Medicamentos Ltda. (“TLS”) (c)	95%	95%
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	100%	100%
Nacional Comercial Hospitalar S.A(“NCH”) (b)	100%	100%
Controladas indiretas:		
Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”)	100%	100%
Artmédica Comércio e Representações Ltda (“Artmédica”) (b)	100%	100%
Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda (“Commed”) (b)	100%	100%
Procifar Distribuidora Ltda (“Procifar”) (*)	-	100%
Fenergy Indústria e Comércio Ltda (“Fenergy”) (b)	100%	100%
Surya Dental Ltda (“Surya”) (b)	80%	80%
Anbioton Importadora Ltda (“Anbioton”).	100%	100%
DRS Administração de Estoques Ltda. (“DRS ADM”) (d)	-	100%
Suportmed Distribuidora Comércio e Representação Comercial Ltda. (“Suportmed”) (d)	-	100%
DRS Courier Ltda (“DRS Courier”) (d)	-	100%
DRS Importadora e Serviços Ltda. (“DRS Importadora”) (d)	-	100%

Elfa Medicamentos S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Legenda:

- (a) Essas empresas formam o Grupo Medcom.
- (b) Essas empresas formam o Grupo Atrial
- (c) Essas empresas formam o Grupo TLS
- (d) Essas empresas formam o Grupo DRS, vendida durante no primeiro trimestre de 2025.
- (*) Empresas incorporadas durante o exercício ao balanço da Elfa.

Alienação da controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A.

Conforme comunicado divulgado ao mercado no dia 23 de dezembro de 2024, a Elfa Medicamentos S.A (Elfa) firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações com fundos geridos pela Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda. (Vinci Impacto e Retorno IV - Fundo de Investimento em Participações Multi-Estratégia e Vinci Impacto e Retorno IV Master P - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) para a venda da controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A.

O valor total da operação foi de R\$77.075, tendo sido recebida antecipadamente, em 31 de dezembro de 2024, a quantia de R\$68.208, pago em uma única parcela. A operação de compra e venda foi concluída em 28 de fevereiro de 2025.

A venda da operação está em consonância com os objetivos da Companhia em simplificar a sua estrutura e reduzir a sua alavancagem financeira. A perda registrada no resultado decorrente da alienação da DRS foi no montante de R\$8.224.

As demonstrações financeiras consolidadas relativa ao período comparativo findo em 31 de dezembro de 2024 não foram reapresentadas para refletir a operação descontinuada, considerando a imaterialidade dos saldos.

De acordo com o CPC 31/IFRS 5 uma operação deve ser considerada descontinuada quando representa uma importante linha separada de negócios. O julgamento da Companhia, considerou:

- Se o negócio é avaliado separadamente pelo principal tomador de decisões.
- Se a venda do negócio representa uma mudança estratégica relevante.
- Representatividade do negócio no faturamento líquido, imobilizado e capacidade produtiva do Grupo.

Com base nessa avaliação e consideração dos pontos acima, a controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A. não foi considerada uma importante linha separada de negócios e, conseqüentemente, foi apresentada como uma operação descontinuada em 31 de dezembro de 2024 apenas para fins de balanço patrimonial.

A seguir, são apresentadas as principais linhas dos balanços patrimoniais para os períodos findos em 28 de fevereiro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como as demonstrações de resultados dos exercícios para os períodos findos em 28 de fevereiro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Balanço patrimonial	Grupo DRS	
	28/02/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	30.842	4.908
Contas a receber de clientes	101.802	88.445
Estoques	2.649	2.411
Tributos a recuperar	27.588	24.251
Outros ativos	2.556	3.188
Imobilizado	19.651	19.307
Intangível	143	161
Total dos ativos	185.231	142.671

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Balanco patrimonial	Grupo DRS	
	28/02/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras contas a pagar	85.937	78.896
Empréstimos e financiamentos	16.258	24.157
Obrigações trabalhistas	3.083	3.382
Tributos a recolher	43.522	40.300
Outros passivos	-	776
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-
Provisão para contingências	4.870	4.870
Total dos Passivos	183.671	152.381
Patrimônio Líquido	1.560	(9.710)
Demonstração dos resultados dos exercícios	28/02/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	29.988	158.776
Custo das mercadorias vendidas	(18.406)	(110.038)
Lucro bruto	11.582	48.738
Despesas com vendas	(67)	(304)
Despesas gerais e administrativas	(4.242)	(22.602)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4)	(11)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	7.268	25.820
Receitas financeiras	115	1.375
Despesas financeiras	(1.727)	(12.550)
Despesas financeiras líquidas	(1.612)	(11.175)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.656	14.645
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(3.036)	(13.494)
Diferidos	-	493
Lucro líquido do período	1.790	1.280
Lucro líquido do período não controladores	831	365

Abaixo estão sendo apresentados os saldos de acervo líquido incorporado relativo as empresas incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Procifar Distribuidora Ltda.

Em 31 de julho de 2025, a Procifar Distribuidora Ltda. “Procifar”, controlada indireta da Elfa, através de processo de incorporação registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controladora, Nacional Comercial Hospitalar S.A “NCH”. O acervo líquido incorporado foi de R\$41.106 e o valor referente ao lucro do período foi de R\$4.029.

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	32
Contas a receber de clientes	9.106
Estoques	4.296
Tributos a recuperar	5.508
Adiantamentos a fornecedor	6.000
Transações com partes relacionadas	13.595
Imobilizado	1.461
Imposto de renda e contribuição social	1.039
Outros ativos	3.974
Total do ativo incorporado	45.011
Fornecedores	1.607
Tributos a recolher	1.477
Outros passivos	821
Total do passivo incorporado	3.905
Total do patrimônio líquido incorporado	41.106

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoSalus Latam Holding S.A.

Em 31 de outubro de 2025, a Salus Latam Holding S.A. “SALUS”, controlada direta da Elfa, através de processo de incorporação reversa registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controlada, Nacional Comercial Hospitalar S.A “NCH”. O acervo líquido incorporado foi de R\$494.529 e o valor referente ao prejuízo do período foi de R\$826.

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	13
Tributos e contribuições	138
Investimentos	503.540
Partes relacionadas	27.220
Intangível	3
Outros ativos	380
Total do ativo incorporado	531.294
Fornecedores	5.419
Tributos a recolher	78
Outros passivos	31.268
Total do passivo incorporado	36.765
Total do patrimônio líquido incorporado	494.529

Sadraque Participações S.A.

Em 31 de outubro de 2025, a Sadraque Participações S.A. “Sadraque”, controlada direta da Elfa, através de processo de incorporação reversa registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controlada, TLS Logística, Distribuição e Transporte Ltda “TLS”. O acervo líquido negativo incorporado foi de R\$94 e o valor referente ao prejuízo do período foi de R\$15.

	31/12/2025
Partes relacionadas	94
Total do passivo incorporado	94
Total do patrimônio líquido incorporado	(94)

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

3.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

3.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente. Assim, estas informações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 17 de março de 2026.

3.4. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem operações com suas controladas. Estas demonstrações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) realocação, para fins de consolidação, do ágio e das mais-valias originados na aquisição de investidas, assim como dos efeitos fiscais diferidos associados às amortizações reconhecidas na controladora, contemplando os correspondentes reflexos no resultado consolidado do Grupo.

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Estimativas e Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 - consolidação e equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo detém de fato controle e influência significativa sobre uma investida;

Nota Explicativa nº 26 - Valor justo das opções que fazem parte do pagamento baseado em ações.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa nº 9 - Mensuração de perda de estoques.
- Nota explicativa nº 10 - Provisão de deságio para cessão de créditos tributários.
- Nota explicativa nº 12 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota explicativa nº 15 - Mensuração do passivo do arrendamento mercantil requerido a determinação da taxa incremental de financiamento da Companhia.
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa nº 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 25 - Reconhecimento de instrumentos financeiros: mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos financeiros e não financeiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das IFRS e dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a mensuração. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E NOVAS NORMAS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2): Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Orientação técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a origemação e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025

Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2026

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	
Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 - Contratos de Energia	Novas regras para contratos de compra de energia (PPAs) ligados a fatores ambientais, permitindo contabilidade de “hedge” e uso próprio.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS- Volume 11	• IFRS 1 - Primeira adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. • IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e orientações complementares sobre a implementação da IFRS 7. • IFRS 9 Instrumentos Financeiros. • IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas. • IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	01/01/2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Emitida em 9 de maio de 2024, permite que subsidiárias elegíveis divulguem menor quantidade de informações do que o exigido pelas normas “IFRS Accounting Standards”, mas sem alterar o reconhecimento, mensuração e apresentação dos itens contábeis.	01/01/2027

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais ou ajuste de apresentação ou divulgação, principalmente no que se refere as mudanças em decorrência do IFRS 18 em 2027.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Receita de contrato com cliente**(i) Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente sendo reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas e seus respectivos riscos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

(ii) Créditos Extemporâneos

O critério para o reconhecimento contábil de créditos tributários extemporâneos, provenientes de revisões e levantamentos realizados sobre tributos indiretos pagos a maior em exercícios anteriores ou através de avaliações por meio de opinião legal de nossos assessores jurídicos com êxito classificado com mais provável do que não, ativos contingentes transitados em julgado favorável a Companhia, bem como de provisões de impostos indiretos por questões de autuações fiscais, entre outros, é serem registrados diretamente nas rubricas de deduções da receita, como impostos sobre vendas, tendo em vista a natureza dos tributos serem sobre vendas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com isso, os créditos de PIS, COFINS, ICMS e demais tributos sobre a receita passaram a ser registrados como redutores das respectivas contas de impostos incidentes sobre vendas.

b) Informações por seguimento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

A Companhia avaliou a integração estratégica de suas divisões de Medicamentos, que engloba todos os tipos de medicamentos, sejam eles especialidades, genéricos ou similares e Materiais Médicos, que engloba materiais, equipamentos hospitalares e nutrição. Essa integração da infraestrutura de distribuição, da força de vendas e dos relatórios de gestão interna, o desempenho financeiro e alocação de recursos para a Companhia para um único segmento operacional.

De acordo com a IFRS 8, as informações do segmento para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentados como um único segmento operacional. Essa alteração não teve impacto na posição financeira consolidada ou nos resultados operacionais da Companhia.

c) Benefício a empregados

(i) Benefício a empregados de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

e) Subvenção governamental

A Companhia e suas controladas se beneficiam do regime especial de tributação de redução de base de impostos.

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia excluía da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores relativos a esses benefícios, desde que registrado em reserva de lucros.

A partir do exercício de 2024, a Companhia passou a não excluir a subvenção da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, em razão das alterações introduzidas pela Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

f) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros.
- Despesa de juros com empréstimos e financiamentos, líquidas de derivativos.
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

h) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração e reavaliadas a cada trimestre.

i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - De acordo com o prazo contratual.
- Máquinas e equipamentos 3-12 anos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

- Móveis e utensílios 5-10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). O saldo do ágio é submetido a teste de recuperabilidade ao menos uma vez ao ano e apresentado líquido das perdas reconhecidas, quando aplicável.

Carteira de clientes

Carteira de clientes são registradas inicialmente ao valor justo e são amortizados ao longo da expectativa de duração da carteira de clientes, considerando a rotatividade anual da base de clientes ("Churn-rate").

"Non-compete"

Algumas aquisições têm cláusulas específicas que obriga o vendedor a não competir por determinado período no segmento de atuação do Grupo, estas cláusulas têm seu valor justo atribuído pela estimativa do ganho pela ausência do competidor adquirido no mercado ("With or without") e são amortizados pelo prazo de duração desta cláusula.

Ativo indenizatório

Algumas empresas adquiridas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista, tributária ou cível (decorrentes de processos judiciais/administrativos ou não), oriundos de fatos geradores incorridos em períodos anteriores à data de fechamento da aquisição. De acordo com os contratos de compra e venda das referidas aquisições, tais contingências são de responsabilidade dos antigos acionistas e devem ser por eles indenizadas à empresa do grupo que sofreu a perda.

A indenização poderá ocorrer inclusive pela utilização de recursos das parcelas retidas de pagamento do preço, eventuais outras garantias ou recursos próprios dos antigos acionistas. A Companhia e suas controladas reconhecem o valor justo desses passivos no balanço de abertura da empresa adquirida na data de aquisição e o mesmo valor como ativo indenizatório.

Licenças de operação

Algumas aquisições possuem licenças de operação, essas licenças são necessárias para a operação destas empresas. A Companhia e suas controladas reconhecem o valor justo desses ativos no balanço de abertura da empresa adquirida na data de aquisição.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de uso de software	5 anos
Carteira de clientes	de 7 a 13 anos
“Non compete”	5 anos
Marcas e patentes	Indefinida
Licenças de operação	2 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o “impairment” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

l) Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*) aplicando-se as perdas esperadas com base nos dados disponíveis as vendas do período.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias para contas a receber do mercado privado e 540 dias para mercado público.
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 540 dias para contas a receber do mercado do setor público e não estejam empenhados na rubrica de restos a pagar do exercício anterior ou não tenha decisão administrativa ou judicial que determine o pagamento.
- A Companhia realiza avaliação individualizada de seus grandes clientes do mercado privado. Essa avaliação individualizada considera o histórico de perdas dos últimos cinco anos combinada com a avaliação das informações financeiras públicas desses clientes e com as avaliações de rating disponíveis e publicadas por grandes agências de avaliação.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de créditos são reconhecidas de acordo com as faixas de atraso/inadimplemento que se iniciam a partir de 1 dia de atraso.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

No monitoramento dos ativos, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes públicos ou privados e são levados em conta histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas baixam os ativos quando considera já irrecuperável e exaurida a possibilidade de cobrança com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos e os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de valor recuperável do ágio, o Grupo considera uma unidade geradora de caixa (UGC), o qual está alinhada ao seu segmento operacional reportado pela Companhia (vide nota explicativa nº 27).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma “pro rata”.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

n) Lucro por ação, básico e diluído

O Grupo calcula o lucro por ação básico utilizando a média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído considera o efeito dilutivo das opções outorgadas em aberto durante o exercício ponderado com base na data da outorga.

o) Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início.
- Pagamentos previstos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado se houver uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação da opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

p) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

q) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	8	11	257	493
Bancos	41.550	22.879	65.195	50.861
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	79.095	256.931	115.033	314.162
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>120.653</u>	<u>279.821</u>	<u>180.485</u>	<u>365.516</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estas aplicações eram substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos, todas com liquidez imediata e com rendimentos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com percentuais de remuneração entre 85% e 100%, progressivamente de acordo com o período que o valor é mantido na conta.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes privados	225.291	266.580	927.397	903.187
Clientes públicos	109.176	130.612	150.819	187.897
Contas a receber de partes relacionadas				
(nota explicativa nº 13) (*)	<u>534.550</u>	<u>272.189</u>	<u>16.214</u>	<u>14.036</u>
	<u>869.017</u>	<u>669.381</u>	<u>1.094.430</u>	<u>1.105.120</u>
(-) PCLD	<u>(47.918)</u>	<u>(42.281)</u>	<u>(72.180)</u>	<u>(65.394)</u>
	<u>821.099</u>	<u>627.100</u>	<u>1.022.250</u>	<u>1.039.726</u>
Circulante	806.709	607.191	1.003.283	1.019.817
Não Circulante	14.390	19.909	18.967	19.909

- (*) Os saldos apresentados de partes relacionadas no consolidado referem-se a transações com empresas que estão sob o controle do Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP acionista majoritário da Companhia, mas não fazem parte do Grupo Elfa.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento, desconsiderando os saldos devidos por partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	234.008	267.792	800.492	799.997
Vencidos até 30 dias	10.721	17.497	45.918	47.803
Vencidos de 31 a 90 dias	5.097	15.773	19.300	33.094
Vencidos de 91 a 180 dias	4.056	7.470	20.259	22.278
Vencidos há mais de 181 dias	80.585	88.660	192.247	187.912
Total	334.467	397.192	1.078.216	1.091.084
(-) PCLD	(47.918)	(42.281)	(72.180)	(65.394)
	286.549	354.911	1.006.036	1.025.690

As movimentações na provisão para perda por redução ao valor recuperável dos montantes a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(42.281)	(40.614)	(65.394)	(73.182)
Constituição/ (Reversão)	(5.637)	(1.667)	(6.786)	7.788
Saldo final	(47.918)	(42.281)	(72.180)	(65.394)

Demonstrado abaixo as perdas líquidas debitadas/creditadas durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(5.637)	(1.667)	(6.786)	7.788
Reembolsos/(despesas) relacionados a recuperação de recebíveis	-	4.221	-	(5.743)
Total debitado ao resultado do exercício	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	157.821	238.712	499.979	707.638
Mercadorias em consignação	2.702	3.147	41.708	31.615
	160.523	241.859	541.687	739.253
(-) Provisão para perdas com estoques	(721)	(4.202)	(1.543)	(5.412)
Total	159.802	237.657	540.144	733.841

A movimentação da provisão para perdas com estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(4.202)	(432)	(5.412)	(2.245)
Reversão/(Constituição)	3.481	(3.770)	3.869	(3.167)
Saldo final	(721)	(4.202)	(1.543)	(5.412)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	284.283	278.728	967.295	810.790
IRRF	42.936	19.656	85.568	53.291
PIS e COFINS	25.739	3.804	72.664	44.466
Outros	4.910	4.772	12.893	12.735
Total tributos a recuperar	357.868	306.960	1.138.420	921.282
 Tributos a recuperar circulante	 144.152	 90.061	 759.426	 651.951
Tributos a recuperar não circulante	213.716	216.899	378.994	269.331

A Companhia possui créditos tributários reconhecidos com base em decisões administrativas e/ou judiciais transitadas em julgado favorável a Companhia, relacionados principalmente a tributos pagos indevidamente ou a maior em exercícios anteriores. O principal tributo objeto das ações judiciais citadas é o ICMS Difal, conforme evidenciado em nota explicativa nº 18.

A companhia vem trabalhando em ações estratégicas para ajudar a monetizar os créditos tributários que são apresentados no balanço. Essas ações perfazem atividades operacionais que ao longo do tempo suportarão o consumo desses créditos.

Seguindo essa estratégia, no período findo em 31 de dezembro de 2025, foram monetizados o montante de R\$30.991, relativos a uma operação de cessão de créditos tributários no âmbito do plano de monetização, sendo o deságio da operação no montante de R\$2.020 registrado na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”.

Para a parcela do saldo que não será absorvida pelas operações próprias, a Companhia segue avaliando alternativas para monetização, incluindo a busca ativa por potenciais compradores no mercado, observando os requisitos legais aplicáveis.

Adicionalmente, em função do volume relevante de créditos tributários registrados no ativo, a Companhia avaliou alternativas para sua realização. Com base nessa análise, foi constituída provisão para deságio no montante de R\$24.525, refletindo a estimativa de redução de valor associada à eventual monetização desses créditos tributários.

Diante do cenário operacional e das medidas adotadas, a Administração entende que os créditos registrados são realizáveis e atendem aos critérios de reconhecimento estabelecidos pelas práticas contábeis vigentes no Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos e passivo descoberto

Investida	Percentual de participação		Patrimônio Líquido (negativo)		Ativos Indenizatórios		Mais valia		Ágio (Goodwill)		Total investimentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prescrita	100%	100%	257.828	261.337	-	-	229	971	8.569	8.569	266.626	270.877
Jaw	100%	100%	390.198	320.021	-	-	301	663	5.207	5.207	395.706	325.891
Grupo Medcom	100%	100%	200.178	190.944	-	-	17.555	32.848	221.274	221.274	439.007	445.066
Atrial	100%	100%	417.644	390.461	-	-	13.725	23.547	328.945	328.945	760.314	742.953
Biohosp	100%	100%	200.955	192.368	-	-	50.763	63.867	68.445	68.445	320.163	324.680
Dupatri	100%	100%	255.437	220.071	-	-	32.347	48.633	23.700	23.700	311.484	292.404
Grupo DRS (*)			-	(11.201)	-	2.017	-	44.690	-	53.329	-	88.835
TLS	95%	95%	(63.863)	(43.318)	-	4.248	8.978	10.290	36.984	36.984	(17.901)	8.204
Descarpack	100%	100%	307.098	265.203	6.272	23.187	216.728	248.496	364.893	364.890	894.991	901.776
Total			<u>1.965.475</u>	<u>1.785.886</u>	<u>6.272</u>	<u>29.452</u>	<u>340.626</u>	<u>474.005</u>	<u>1.058.017</u>	<u>1.111.343</u>	<u>3.370.390</u>	<u>3.400.686</u>

(*) Reclassificado os ativos e passivos disponíveis para venda na posição consolidada do Grupo, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.

b) Informações financeiras resumidas

Investida	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio Líquido (negativo)		Resultado Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prescrita	129.393	206.243	168.129	107.556	28.482	43.610	11.212	8.852	257.828	261.337	(2.098)	11.614
Jaw	434.819	527.118	160.047	147.502	153.643	243.622	51.025	110.977	390.198	320.021	3.051	5.287
Grupo CDM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.349)
Grupo Medcom	153.477	183.282	168.456	150.745	100.746	135.500	21.009	7.583	200.178	190.944	4.052	(5.671)
Atrial	434.732	510.241	359.494	335.399	185.042	255.521	191.540	199.658	417.644	390.461	(2.911)	(11.389)
Mostaert	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.876)
Biohosp	259.691	189.460	222.280	203.484	242.738	186.993	38.278	13.583	200.955	192.368	9.510	(4.526)
Dupatri	463.611	385.355	429.473	162.763	583.584	320.020	54.063	8.027	255.437	220.071	23.836	43.769
Grupo DRS (*)	-	142.671	-	-	-	152.381	-	1.491	-	(11.201)	-	(1.853)
TLS	12.181	11.283	19.125	18.675	12.083	16.914	83.086	56.362	(63.863)	(43.318)	(26.110)	(17.803)
Descarpack	362.166	419.548	277.533	90.903	303.755	184.510	28.846	60.738	307.098	265.203	(32.958)	(15.199)
Total	<u>2.250.070</u>	<u>2.575.201</u>	<u>1.804.537</u>	<u>1.217.027</u>	<u>1.610.073</u>	<u>1.539.071</u>	<u>479.059</u>	<u>467.271</u>	<u>1.965.475</u>	<u>1.785.886</u>	<u>(23.628)</u>	<u>(3.996)</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

c) Movimentação dos investimentos e passivo descoberto

	Prescrita	Jaw	Grupo CDM	Grupo Medcom	Atrial	Mostaert	Biohosp	Dupatri	Grupo DRS	TLS	Descarpac	Total
Saldo em 01/01/2024	230.075	291.071	237.358	452.144	725.785	148.162	322.377	203.604	90.673	25.964	895.330	3.622.543
Adição/(Baixa) por incorporação	-	-	(232.009)	-	1.008	(145.286)	-	-	-	-	-	(376.287)
Juros sobre capital próprio	(10.264)	(18.100)	-	(4.619)	-	-	(4.681)	(10.654)	-	-	-	(48.318)
Aumento de capital	39.452	47.633	-	3.212	27.549	-	11.510	55.685	15	43	21.645	206.744
Equivalência patrimonial	11.614	5.287	(5.349)	(5.671)	(11.389)	(2.876)	(4.526)	43.769	(1.853)	(17.803)	(15.199)	(3.996)
Saldo em 31/12/2024	270.877	325.891	-	445.066	742.953	-	324.680	292.404	88.835	8.204	901.776	3.400.686
Adição/(Baixa) por incorporação	-	(1.762)	-	-	20.272	-	-	-	-	-	-	18.510
Baixa por venda de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.834)	-	-	(88.834)
Juros sobre capital próprio	(1.835)	(3.537)	-	(6.475)	-	-	(14.193)	(5.313)	-	-	(4.206)	(35.559)
Aumento de capital	10.076	72.063	-	1.012	-	-	166	557	-	5	30.378	114.257
Equivalência patrimonial	(2.098)	3.051	-	4.052	(2.911)	-	9.510	23.836	-	(26.110)	(32.958)	(23.628)
Dividendos distribuídos antecipadamente	(10.394)	-	-	(4.648)	-	-	-	-	-	-	-	(15.042)
Saldo em 31/12/2025	266.626	395.706	-	439.007	760.314	-	320.163	311.484	-	(17.901)	894.991	3.370.390
Total do investimento												3.388.291
Total passivo descoberto												17.901

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Prescrita”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Prescrita” registrou a integralização de capital no montante de R\$10.076 conforme deliberado na 45ª Ata de Alteração de Capital Social. Adicionalmente, parte do lucro apurado no exercício social de 2024 foi destinada à compensação de dividendos pagos antecipadamente à controladora, no valor de R\$10.394. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão conforme deliberado em Ata de Reunião de Sócios nº 20250430 para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$1.332. Adicionalmente, foi aprovado o provisionamento dos juros sobre o capital próprio referente ao 4º trimestre de 2025 no montante de R\$500, cuja ata formal será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Cirúrgica JAW”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Cirúrgica JAW” registrou integralizações de capital nos montantes de R\$45.912 e R\$26.152, totalizando R\$72.064, conforme deliberado, respectivamente, nas 53ª e 54ª Atas de Alteração de Capital Social. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão conforme deliberado em Ata de Reunião de Sócios para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.537, cuja ata formal será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Medcom”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Medcom” registrou integralizações de capital nos montantes de R\$869 e R\$143, totalizando R\$1.012, conforme deliberado, respectivamente, nas 24ª e 25ª Atas de Alteração de Capital Social. Adicionalmente, a 25ª e 27ª Ata de Alteração de Capital Social, parte do lucro apurado no exercício social de 2024 foi destinada à compensação de dividendos pagos antecipadamente à controladora, no valor de R\$4.648. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio conforme deliberado nas atas 25ª e 27ª da Medcom e 27ª da G.B., no montante de R\$6.475, as atas que deliberam o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 serão emitidas e submetidas à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Biohosp”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Biohosp” registrou a integralização de capital no montante de R\$166 conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$14.193. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.098, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima assembleia geral extraordinária.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Dupatri”

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025, a controlada “Dupatri” registrou a integralização de capital no montante de R\$557 conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$5.313. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.973, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Descarpack”

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada “Descarpack” registrou integralização de capital no montante de R\$30.378 conforme deliberado na 32ª e 33ª Ata de Alteração de Capital Social. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$4.206. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.087, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

12. INTANGÍVEL

	Controladora		
	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida			
Direito a uso de <i>software</i>	98.337	(27.922)	70.415
Carteira de clientes	146.293	(117.087)	29.206
Vida útil indefinida			
Ágio incorporado	161.158	-	161.158
	<u>405.788</u>	<u>(145.009)</u>	<u>260.779</u>
			<u>248.093</u>
	Consolidado		
	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida			
Carteira de clientes	929.649	(638.657)	290.993
“Non-competes”	6.753	(6.753)	-
Software e outros intangíveis	172.339	(57.972)	114.366
Vida útil indefinida			
Ágio	1.326.068	-	1.326.068
Marcas e patentes	69.496	-	69.496
	<u>2.504.305</u>	<u>(703.382)</u>	<u>1.800.923</u>
			<u>1.948.261</u>

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	248.093	106.862	1.948.261	2.033.024
Adições				
Softwares e outros intangíveis	14.415	15.797	15.059	17.625
Transferências de projetos em andamento	25.565	28.015	51.580	40.450
Marcas e patentes	-	-	-	66
Contratos de “non-competes”	1.642	95.168	-	-
Ágio (a)	-	73.923	-	-
Amortizações				
Softwares	(15.298)	(6.833)	(18.418)	(16.400)
Carteira de clientes	-	-	(98.016)	(126.037)
Contrato de “non-competes”	(13.638)	(64.839)	-	(467)
Baixa por venda de participação societária	-	-	(97.543)	-
Saldo final	<u>260.779</u>	<u>248.093</u>	<u>1.800.923</u>	<u>1.948.261</u>

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$1.326.068 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.359.372 em 31 de dezembro de 2024).

O valor recuperável foi superior ao seu valor contábil, desta forma nenhuma provisão para perdas por “impairment” foi reconhecida em 31 de dezembro de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas após este período, com crescimento, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se o WACC de 12,20% a.a., antes dos impostos (em moeda local nominal, incluindo a inflação). As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC estão definidas a seguir:

Em percentual - a.a.	Consolidado	
	2025	2024
Taxa de desconto	12,24	11,69
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,6	3,6
Taxa de crescimento estimado (média para os próximos dez anos)	13,9	10,3

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Athena Healthcare Holding S.A.	985	454	989	538
HCLOE Hospital de Olhos Ltda.	8	-	276	422
HOB Hospital Oftalmológico de Brasília Ltda.	-	211	416	378
Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A.	1.099	517	1.825	1.298
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	-	30	166	176
Hospital Med Imagem S.A.	477	1.236	1.990	2.301
Humana Assistência Médica Ltda.	784	411	1.766	900
INBOL - Instituto Brasileiro de Olhos Ltda.	-	172	210	224
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	-	116	210	285
Instituto de Olhos Ltda.	5	70	222	349
São Bernardo Apart Hospital S.A.	-	-	3.051	-
Víncula Indústria Com Imp e Exp de Implantes S.A.	1.301	-	3.447	3.114
Vitoria Apart Hospital S.A.	575	1.301	956	2.951
Outros - Contas a Receber	45	415	690	1.100
	<u>5.279</u>	<u>4.933</u>	<u>16.214</u>	<u>14.036</u>
Contas a Receber de Clientes - Controladas				
Agilfarma Medicamentos Ltda	805	1.694	-	-
Grupo Atrial	11.913	8.372	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	109.029	58.521	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	26	4	-	-
Grupo DRS	30	3.219	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	334.023	98.775	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	55.958	73.705	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	16.121	20.056	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	179	5	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	1.187	2.905	-	-
	<u>529.271</u>	<u>267.256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a receber partes relacionadas - circulante	<u>534.550</u>	<u>272.189</u>	<u>16.214</u>	<u>14.036</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Notas de débitos				
Prescrita Medicamentos Ltda	2.186	2.143	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico				
Hospitalar Ltda	627	4.352	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos				
Hospitalares Ltda	1.418	4.198	-	-
Agilfarma Medicamentos Ltda	5.439	5.402	-	-
Anbioton Importadora Ltda	468	1.036	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	1.592	2.402	-	-
Grupo DRS	-	8.536	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e				
Exportação Ltda	33.566	9.357	-	-
Grupo Atrial	49.930	43.696	-	-
Comercial Mostaert Ltda	-	(690)	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	8.301	3.226	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	6.508	2.235	-	-
	<u>110.035</u>	<u>85.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Empréstimo de mútuo				
Grupo Atrial	51.430	57.142	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	75.439	53.609	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos				
Hospitalares Ltda	2.974	-	-	-
Grupo DRS	-	1.345	-	-
	<u>129.843</u>	<u>112.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos com partes relacionadas				
San Lorenzo Participações S.A. (g)	26.370	-	26.370	-
	<u>26.370</u>	<u>-</u>	<u>26.370</u>	<u>-</u>
JCP e Dividendos a Receber				
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico				
Hospitalar Ltda	6.250	12.333	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	406	4.964	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	933	4.272	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos				
Hospitalares Ltda	4.069	1.807	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	924	-	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e				
Exportação Ltda	2.602	755	-	-
	<u>15.184</u>	<u>24.131</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a receber partes relacionadas - não circulante	<u>281.432</u>	<u>222.120</u>	<u>26.370</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico				
Hospitalar Ltda	45	45.911	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	-	29.791	-	-
Grupo Atrial	-	10	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	5.743	166	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e				
Exportação Ltda	952	110	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos				
Hospitalares Ltda	498	868	-	-
	<u>7.238</u>	<u>76.856</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante				
Empréstimo de mútuo				
Prescrita Medicamentos Ltda	40.163	5.476	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	7.086	11.340	-	-
Grupo Atrial	43.165	-	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	74.521	86.980	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	121.189	138.819	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	266.086	91.882	-	-
Agilfarma Medicamentos Ltda	17.871	6.734	-	-
Anbioton Importadora Ltda	7.379	5.515	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	176.031	42.259	-	-
	<u>753.491</u>	<u>389.005</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento de dividendos recebidos				
Prescrita Medicamentos Ltda	216	10.610	-	-
Grupo Atrial	50.000	50.012	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	3.352	8.000	-	-
	<u>53.568</u>	<u>68.622</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a pagar partes relacionadas	<u>807.059</u>	<u>457.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aporte para futuro aumento de capital				
San Pelegrino Participações S.A. (h)	79.710	-	79.710	-
	<u>79.710</u>	<u>-</u>	<u>79.710</u>	<u>-</u>
Resultado				
Receita líquida de vendas (b)				
Agilfarma Medicamentos Ltda	2.338	6.999	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	180.764	140.808	-	-
Grupo CDM	-	2.383	-	-
Grupo DRS	-	476	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	639.410	187.761	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	64.401	103.356	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	51.273	27.933	-	-
Prescrita Medicamentos	290	9.735	-	-
Grupo Atrial	9.229	9.153	-	-
Athena Healthcare Holding S.A.	4.091	-	4.130	-
Centro de Microcirurgia e Diagnostico Ltda.	-	60	-	131
Centro Médico Maranhense Sá	131	119	369	152
Clínica de Oftalmodiagnóstico Ltda.	-	13	-	29
HCLOE Hospital de Olhos Ltda	26	539	641	1.074
HOB Hospital Oftalmológico de Brasília Ltda.	101	551	1.434	999
Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A.	2.566	2.067	7.162	4.819
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	16	108	602	492
Hospital de Olhos Santa Luzia S/S Ltda.	-	171	-	300
Humana Saúde Sul Ltda	2.171	68	5.985	73
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	81	299	785	672
Instituto Brasiliense de Olhos S/C Ltda.	115	821	726	1.083
Instituto de Olhos Ltda.	28	729	1.270	1.433
Jardim de Alah Centro Cirúrgico Ltda.	9	110	310	299

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Oftalmax Hospital de Olhos Ltda.	39	110	468	127
SAMP Espírito Santo Assistência Médica Ltda	959	378	1096	450
São Bernardo Apart Hospital S.A.	912	1	2.163	447
Vitoria Apart Hospital S.A.	2.874	129	9.249	555
Med Imagem S/C	1.398	13	5.268	50
Outros		730		1.439
	<u>963.619</u>	<u>495.174</u>	<u>44.502</u>	<u>14.101</u>
Compras de mercadorias	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Anbion Importadora Ltda	187	1.802	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	4.865	4.918	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	4.362	1.873	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	328	2.917	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	55.177	126.212	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	4.123	1.914	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	193	622	-	-
Grupo Atrial	7.532	9.472	-	-
	<u>76.767</u>	<u>149.730</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo com prestação de serviços				
Gestão e Transformação Consultoria S.A. (c)	(2.481)	(3.278)	(2.481)	(3.278)
Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A. (Fundo IV) (d)	(4)	(8)	(4)	(15)
	<u>(2.485)</u>	<u>(3.286)</u>	<u>(2.485)</u>	<u>(3.293)</u>
Receitas Financeiras (e)				
Grupo Atrial	8.100	5.395	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	11.882	5.061	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	468	-	-	-
Grupo DRS	-	127	-	-
	<u>20.450</u>	<u>10.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras (f)				
Agilfarma Medicamentos Ltda	(2.393)	(1.553)	-	-
Anbion Importadora Ltda	(988)	-	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	(16.229)	(12.009)	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	(949)	(2.430)	-	-
Grupo DRS	-	(521)	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	(23.573)	-	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	(35.633)	(2.829)	-	-
Grupo Atrial	(5.780)	(8.254)	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	(9.980)	(9.808)	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	(5.379)	(2.188)	-	-
	<u>(100.904)</u>	<u>(39.592)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Adiantamentos efetuados para aumento de capital em períodos futuros. Como são empresas controladas pela Elfa, a intenção da Companhia é que os pagamentos ou capitalizações irão ocorrer em período inferior a 12 meses.

(b) Venda de mercadorias efetuadas para as empresas mencionadas com prazos de 60 a 150 dias.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (c) Serviços de gestão e consultoria realizada nos processos de prospecção de novos negócios com prazos de 60 a 90 dias.
- (d) Locação de máquinas e equipamentos de café utilizadas nas instalações do grupo com prazo de 30 dias.
- (e) Receita de juros em operações de empréstimos de mútuo entre a Elfa e suas controladas, com taxa média de juros de 2,23% a.m. com vencimento em parcela única em 36 meses.
- (f) Despesa com juros em operações de empréstimos de mútuo entre a Elfa e suas controladas, com taxa média de juros de 2,23% a.m. com vencimento em parcela única em 36 meses.
- (g) Adiantamento com partes relacionadas vinculado a futuro resgate de ações preferenciais de Classe B.
- (h) Aporte para futuro aumento de capital recebido do sócio para integralização nos próximos 180 dias.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas informados na controladora e no consolidado, quando ocorrem entre empresas do Grupo Elfa, são precificados com acordos estabelecidos entre as partes, e quando ocorrem com empresas fora do Grupo Elfa, são precificados com base em condições usualmente aplicáveis a transações entre partes não relacionadas. Nenhum dos saldos possui garantias.

Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Rateio de despesas compartilhadas

A Companhia participa de acordo de rateio de despesas com partes relacionadas, cujo objetivo é a alocação proporcional de custos e despesas comuns incorridos por uma das empresas do grupo econômico ("empresa centralizadora") em benefício das demais.

O rateio compreende principalmente despesas administrativas, contábeis, financeiras, de tecnologia da informação, recursos humanos e demais serviços corporativos. A base de alocação das despesas é definida de forma objetiva, razoável e consistente, considerando critérios como: número de colaboradores, volume de faturamento, tempo de utilização dos serviços ou qualquer outro parâmetro que reflita adequadamente o consumo dos recursos.

As despesas rateadas não incluem margem de lucro, estando em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, nos termos da legislação fiscal e societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 21, a Companhia reconheceu R\$152.057 (R\$133.685 em 2024) em despesas oriundas desse acordo de rateio, registradas em sua totalidade no resultado do exercício, nos grupos de outros resultados operacionais compatíveis com sua natureza.

Remuneração da Administração

A remuneração fixa e variável (sujeita ao atingimento de metas da Companhia), encargos e demais benefícios compreende ao montante registrado de R\$17.476 em 31 de dezembro de 2025 (R\$15.327 em 2024).

Em 31 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração fixa e variável global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$18.337 (R\$15.327 para exercício de 2024).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As operações que a Companhia e suas controladas mantém com fornecedores nacionais e do exterior são substancialmente representadas por transações de compra de medicamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias	702.327	691.871	926.023	993.878
Fornecedores de imobilizado	-	-	3	2
Fornecedores de bens de consumo	-	1.485	29	2.124
Serviços prestados a pagar	23.667	14.082	42.156	20.868
Adiantamentos e outras contas a pagar	60.462	150.140	108.579	228.405
Total	786.456	857.578	1.076.790	1.245.277

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Modalidade	Taxa Média a.a.	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 6,97%	Real	2025 a 2031	815.420	737.455	1.123.700	909.705
Debêntures	CDI+ 3,40%	Real	2028 a 2031	696.311	694.500	696.311	694.500
Arrendamentos	IGPM	Real	2025 a 2031	14.152	8.658	42.780	43.217
Total				1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422
Circulante				250.100	247.844	512.207	375.917
Não circulante				1.275.783	1.192.769	1.350.584	1.271.505

Legenda:

CDI - Certificados de Depósitos Interbancário

IGPM - Índice geral de preços a mercado divulgado

Em 18 de abril de 2023, houve a 2ª emissão de debêntures em conexão com a aquisição da Descarpack e o reperfilamento das dívidas, com as seguintes características:

- 700.000 de debêntures simples, no valor total de R\$700.000.
- Não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para Distribuição Pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476.
- O prazo de vencimento anteriormente estabelecido em 6 (seis) anos, contados a partir da data de emissão das Debêntures, foi alterado, após reperfilamento da dívida, para o dia 13 de dezembro de 2031, conforme Fato Relevante divulgado aos Investidores em 7 de novembro de 2025.
- Taxa de juros de CDI +3,40% a.a., com pagamento pós-reperfilamento, em parcelas mensais, a partir de 13 de janeiro de 2028.

Em outubro de 2025, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou alterações nas condições das debêntures emitidas pela Companhia, conforme descrito a seguir:

- “Covenant” financeiro: concessão de “waiver” para o índice de alavancagem, alterando o limite originalmente estabelecido de 3,0x para 4,5x no exercício de 2025, 3x no exercício de 2026 e 2,5x para 2027 em diante.
- Cronograma de amortização: estabelecimento de carência de 2 (dois) anos, com amortização de 25% ao ano a partir de 2028.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Como condição de reperfilamento: as alterações acima estão condicionadas à realização de aumento de capital e/ou aporte financeiro na Companhia, no montante total entre US\$70 milhões e US\$100 milhões, a ser efetivado até 31 de março de 2026.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de suas subsidiárias decorrentes da emissão de duplicatas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e derivativos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.431.955	1.584.541	1.604.205	1.721.955
Captações	920.959	313.594	1.865.180	677.430
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	294.995	247.985	356.824	283.228
Efeito líquido de operações descontinuadas	-	-	-	(28.609)
Pagamento de principal	(865.934)	(447.506)	(1.701.558)	(754.473)
Pagamento de juros	(270.244)	(266.659)	(304.640)	(295.326)
Total empréstimos e financiamentos	1.511.731	1.431.955	1.820.011	1.604.205
Arrendamentos a pagar	14.152	8.658	42.780	43.217
Total capital de giro	1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de amortização das parcelas de empréstimos e financiamento de longo prazo estão conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	302.934	-	330.622
2027	54.886	380.369	61.166	403.448
2028	335.287	509.466	350.800	537.435
2029 em diante	885.610	-	938.618	-
Total	1.275.783	1.192.769	1.350.584	1.271.505

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	8.658	11.695	43.217	60.956
Adições	16.271	4.511	40.886	25.445
Baixas	(3.701)	(660)	(13.330)	(10.901)
Pagamento passivo de arrendamento	(10.548)	(10.703)	(39.775)	(41.278)
Apropriação de juros	3.472	3.815	11.782	12.811
Efeito líquido das operações descontinuadas	-	-	-	(3.816)
Total de arrendamentos a pagar	14.152	8.658	42.780	43.217

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de amortização de arrendamentos está apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	6.758	-	27.011
2026	9.393	4.033	29.256	15.776
2027	3.677	944	11.257	5.962
2028	1.882	-	5.311	-
2029 em diante	1.426	-	2.802	-
	16.378	11.735	48.626	48.749
Juros embutidos	(2.226)	(3.077)	(5.846)	(5.532)
	14.152	8.658	42.780	43.217

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais descontados a valor presente por uma taxa média de 13,83% a.a. (12,90% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Crédito Potencial de PIS e COFINS sobre Contraprestações de Arrendamento Mercantil

Em atendimento às disposições do CPC 06 (R2) — Arrendamento Mercantil e às orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia apresenta os efeitos potenciais relacionados ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos futuros de contratos de arrendamento mercantil.

Considerando que a maior parte dos contratos de arrendamento foi firmada com pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, a Administração entende que há expectativa de realização de créditos tributários relacionados às contraprestações pactuadas.

A seguir, são demonstrados os valores nominais e presentes das contraprestações futuras, bem como o valor potencial de créditos de PIS e COFINS, calculados com base na alíquota total de 9,25%, conforme exigido para divulgação em notas explicativas:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar				
Contraprestação do arrendamento	16.378	14.152	48.626	42.780
PIS/Cofins potencial (9,25%)	1.515	1.309	4.353	3.820

A efetiva apropriação dos créditos ocorrerá conforme o pagamento das contraprestações e o cumprimento dos demais requisitos legais para sua utilização.

a) Garantias

A Companhia tem R\$675.826 em duplicatas de clientes dadas em garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 (R\$604.398 em 31 de dezembro de 2024).

b) Obrigações decorrentes de compras de mercadorias e serviços

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia firmou contratos com Bancos que possibilitam que seus fornecedores recebam de forma antecipada títulos emitidos pela venda de mercadoria a Companhia. Na referida operação, os fornecedores transferem a titularidade e o direito pelo recebimento destes títulos aos Bancos. Os bancos, por sua vez, passam a ser detentores desses títulos. Os valores e prazos originalmente acordados são mantidos, sem direito de regresso, considerando uma taxa média de 2,09% a.m. e prazo médio de pagamento pela Companhia aos Bancos de 77 dias. Para a data de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$62.281 (R\$12.301 em 2024) nessa modalidade classificados na linha de empréstimos e financiamentos conforme prática descrita abaixo.

Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores e outras contas a pagar para rubrica de empréstimos, financiamentos e arrendamentos a pagar, onde permanecem até a liquidação.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**16. TRIBUTOS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	27.240	55.875	45.644	79.517
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.428	24.337	66.262	38.016
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	287	1.620	46.535	35.257
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	825	2.617	34.935	16.934
Programa de integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	3.108	5.601	5.991	7.171
Outros	34	17	2.825	2.465
	<u>74.922</u>	<u>90.067</u>	<u>202.192</u>	<u>179.360</u>
Tributos a recolher circulante	73.264	88.872	195.180	172.368
Tributos a recolher não circulante	1.658	1.195	7.012	6.992

17. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Contas a pagar pela aquisição de investimento refere-se a parcelas a pagar a ex-acionistas das empresas adquiridas pelo Grupo, estes valores são corrigidos conforme definido em cada contrato e o pagamento ocorrerá no fluxo de até 6 anos após a data de cada aquisição. Estas parcelas também funcionam como retenção e garantia de eventuais contingências do período pré-aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compromissos com aquisições de investimentos	37.142	92.339	37.142	92.339
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	135.024	127.663	176.503	186.783
Total	<u>172.166</u>	<u>220.002</u>	<u>213.645</u>	<u>279.122</u>
Contas a pagar pela aquisição - circulante	108.540	120.066	133.684	141.602
Contas a pagar pela aquisição - não circulante	63.626	99.936	79.961	137.520

Os valores apresentados como “compromissos com aquisições de investimentos” referem-se a compromissos que geraram obrigações futuras que podem se materializar ou não, integralmente ou parcialmente, decorrente de medições de performance ou exercício de opções de venda de acordo com o previsto nos contratos de aquisição.

As movimentações das obrigações estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	220.002	291.536	279.122	373.028
Ajuste parcela de aquisições por arbitragem (a)	-	-	(14.530)	-
Baixa por capitalização de dívida (b)	-	(1.785)	-	(1.785)
Juros incorridos	20.130	11.658	23.884	17.237
Pagamento de parcelas	(67.966)	(81.407)	(74.831)	(109.358)
Saldo final	<u>172.166</u>	<u>220.002</u>	<u>213.645</u>	<u>279.122</u>

- (a) A Companhia e uma das controladas instauraram procedimentos arbitrais para discussão sobre indenização em razão de descumprimento de Contrato de Compra e Venda de Quotas pela contraparte. A Companhia obteve decisão favorável aos seus pleitos efetuando o abatimento sobre as parcelas remanescentes a pagar aos antigos sócios.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

- (b) Ex-sócios da investida Biohosp Produtos Hospitalares S.A. ("Biohosp") realizaram um aporte de R\$1.785 correspondentes a 186.048 ações preferenciais classe B mediante capitalização de contas a pagar pela aquisição de investimentos.

Os contratos possuem negociação individual quanto aos critérios de atualização e encargos financeiros, contudo, em sua grande maioria, a atualização ocorre com base no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), além de eventuais encargos moratórios em caso de inadimplemento, apurados "pro rata die".

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma do saldo de contas a pagar com aquisições de investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	78.484	-	100.020
2026	71.398	21.422	96.542	35.758
2027	49.901	27.757	66.236	51.005
2028 em diante	13.725	-	13.725	-
	<u>135.024</u>	<u>127.663</u>	<u>176.503</u>	<u>186.783</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma do saldo de compromissos com aquisições de investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	41.582
2026	37.142	50.757
	<u>37.142</u>	<u>92.339</u>

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVO INDENIZATÓRIO E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo está exposto a contingências de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pelo Grupo leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável, é realizado o provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação do próprio Grupo, amparada na opinião de seus assessores legais.

O Grupo possui processos e contingências oriundos, no todo ou em parte, de períodos anteriores à aquisição pelo Grupo, que são de responsabilidade dos antigos sócios, de acordo com os contratos de compra e venda. Por este motivo, o Grupo reconhece a provisão pelo valor justo dos passivos contingentes, bem como os ativos a receber dos antigos acionistas por estes processos e contingências apresentados na rubrica de "Ativo indenizatório". Não houve efeito de caixa nesta transação.

A composição da provisão para contingências e dos direitos de reembolso, segundo sua natureza, são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	2.571	2.190	4.005	4.328
Trabalhistas (b)	1.008	1.322	22.184	55.024
Tributárias (c)	13.906	2.218	14.507	66.189
Total da provisão para contingências	<u>17.485</u>	<u>5.730</u>	<u>40.696</u>	<u>125.541</u>
Ativo indenizatório (d)	12.530	5.494	27.670	122.505

- (a) Os passivos cíveis classificadas como prováveis são decorrentes de ações indenizatórias, em regra, com baixo valor envolvido, e de responsabilidade majoritária dos antigos sócios.

Elfa Medicamentos S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (b) Os passivos trabalhistas classificados como prováveis são compostos por reclamações trabalhistas atualmente em discussão judicial e passivos contingentes derivados de combinações de negócios. As reclamações são majoritariamente referentes a pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício, formulado por representantes comerciais, bem como uma ação em que se discute diferenças de comissões.
- (c) Os passivos tributários classificados como prováveis são compostos substancialmente acerca da aplicação do ICMS oriundas de combinações de negócios.
- (d) Estes saldos possuem como principal garantia as contas a pagar para antigos acionistas descrito na nota explicativa nº 17.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024	2.190	1.322	2.218	5.730	4.328	55.024	66.188	125.540
Adições	546	717	12.227	13.490	2.151	6.271	12.581	21.003
Reversões	(99)	(934)	(491)	(1.524)	(345)	(1.256)	(1.328)	(2.929)
Pagamentos	(66)	(97)	(48)	(211)	(112)	(684)	(466)	(1.262)
Baixa de contingências não materializadas	-	-	-	-	(2.017)	(37.171)	(62.468)	(101.656)
Saldo em 31/12/2025	2.571	1.008	13.906	17.485	4.005	22.184	14.507	40.696

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas possuíam Processos Judiciais no polo passivo com risco de perda avaliados como possível no montante de R\$155.002 (R\$159.823 em 2024), dos quais R\$52.714 (R\$73.079 em 2024) são de responsabilidade dos antigos sócios controladores. Dentre os casos classificados com risco de perda possível e, portanto, não sujeitas a provisão, se destacam:

- A Companhia e suas Controladas figuram em 65 execuções fiscais (68 em 2024 com prognóstico de perda possível, cujo valor envolvido total perfaz a quantia de R\$59.184 (R\$58.925 em 2024) sendo que R\$3.419 (R\$15.252 em 2024) são indenizáveis pela antiga gestão.
- Reclamações trabalhistas que discutem diferenças de comissões devidas em razão da venda de produtos, bem como reconhecimento de vínculo trabalhista, somam o montante atualizado de R\$4.648 (R\$5.980 em 2024), sendo de responsabilidade da antiga gestão o valor de R\$326 (R\$3.239 em 2024).
- A Controlada Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda. figura no polo passivo de 73 ações judiciais (82 em 2024) envolvendo o dispositivo médico “Essure”, todas de responsabilidade da antiga gestão e, portanto, também passíveis de serem indenizados pela respectiva parte, sendo que 63 processos (71 processos em 2024) possuem prognóstico de perda possível, cujo valor envolvido perfaz R\$29.655 (R\$33.739 em 2024).

A Companhia e/ou suas controladas são partes de quatro arbitragens, todas com risco de perda possível:

- A Companhia e uma das controladas instauraram dois procedimentos arbitrais para discussão sobre indenização em razão de descumprimento de Contrato de Compra e Venda de Quotas pela contraparte. Em um dos procedimentos arbitrais, as partes celebraram acordo relativo às obrigações discutidas, restando suspenso o procedimento até o cumprimento integral do acordo (pedido contraposto no valor de R\$38.400). Na segunda arbitragem, a Companhia obteve decisão favorável aos seus pleitos no valor total de R\$15.300.
- Há outros dois procedimentos arbitrais instituídos por antigos sócios controladores de duas das investidas para discussão de ajuste de preço, ambas com risco de perda possível, e cujos valores envolvidos pleiteados em desfavor da Companhia/suas controladas somam R\$12.000 e R\$17.621, respectivamente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

ICMS-DIFAL

Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) proferiu decisão sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 190/22, no âmbito da discussão acerca da necessidade ou não de observância da anterioridade nonagesimal e anual na instituição do ICMS-DIFAL (ADIs 7066, 7078 e 7070). No julgamento, o STF entendeu que o ICMS-DIFAL é devido a partir 5 de abril de 2023, em função do lapso de noventa dias entre a promulgação da lei e o início da cobrança.

Após o acórdão do julgamento divulgado pelo STF, foi solicitado esclarecimentos pelos contribuintes através de embargos de declaração que ainda não foi julgado até essa data pelo STF.

Ademais, foi pautado em outubro de 2025 em sede de repercussão geral o tema 1.266 para que houvesse nova votação do tema. A votação foi finalizada a favor dos estados, porém com modulação de efeitos proposta pelos ministros que resguardaram as empresas que tinham ação judicial a época do tema.

O acórdão foi publicado em 22 de outubro 2025 em sede de Recurso Extraordinário 1.426.271 Ceará.

Com decisão publicada, a Companhia procedeu com a reversão dos valores referente aos Estados com Lei referente ao período de abril a dezembro de 2022, no montante de R\$18.856. Atualmente, a Empresa aguarda o trânsito em julgado da decisão.

A Companhia ainda mantém discussões judiciais acerca da cobrança do ICMS-Difal e adotou como prática contábil o provisionamento mensal dos valores e recolhimento em juízo dos mesmos, com a exceção de provisionamento mensal para os estados que apresentam vícios em sua Lei Ordinária, que regulamenta a Lei Complementar nº 190/22, onde foram avaliados por consultores jurídicos externos considerando prognóstico de êxito mais provável do que não para a Companhia até a data de publicação destas demonstrações financeiras consolidadas.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam um total de R\$324.067 (R\$259.928 em 2024) referentes a depósitos judiciais, principalmente relacionados à discussão acima sobre os estados que apresentam vícios em sua Lei Ordinária, que regulamenta a Lei Complementar nº 190/22.

A Companhia e suas controladas discutem o tema por meio de Mandados de Segurança e realiza, desde julho de 2020, depósitos judiciais de valores relativos ao DIFAL.

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	189.827	127.548	259.928	182.338
Novos depósitos	32.494	63.786	65.293	90.573
Baixas e reversões (a)	(75)	(1.507)	(1.154)	(12.034)
Efeito líquido das operações descontinuadas	-	-	-	(949)
Saldo final	222.246	189.827	324.067	259.928

(a) Os montantes apresentados na linha de “baixas e reversões” referem-se a baixa por perda ou reversões por decisão judicial favorável a Companhia.

Elfa Medicamentos S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado era de R\$1.406.249 (R\$1.406.249 em 31 de dezembro de 2024) representado por 524.376.252 (quinhentas e vinte e quatro milhões, trezentas e setenta e seis mil, duzentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 64.914.392 (sessenta e quatro milhões, novecentas e catorze mil, trezentas e noventa e duas) ações preferenciais de Classe A e 25.979.463 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentas e sessenta e três) ações preferenciais de Classe B (524.376.252 ações ordinárias, 64.914.392 ações preferenciais de Classe A e 27.867.693 ações preferenciais de Classe B em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo o quadro com os principais acionistas da Companhia representados em quantidade de ações:

	31/12/2025	31/12/2024
Acionistas/Tesouraria		
Brazilian Private Equity IV - FIP	314.141.499	314.141.499
Brazilian Private Equity V - FIP	103.274.141	103.274.141
Pessoas Físicas	75.723.586	75.723.586
Stepstone K IV SPV	24.277.244	24.277.244
Stepstone TS Opportunities Fund	551.756	551.756
San Pelegrino Participações S.A.	64.601.802	64.601.802
San Lorenzo Participações S.A. (i)	25.793.415	27.681.645
Diretoria C-Level	1.256.401	1.256.401
Tesouraria	5.650.263	5.650.263
	<u>615.270.107</u>	<u>617.158.337</u>

(i) Resgate de ações preferenciais de Classe B

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o resgate parcial e proporcional de 1.888.230 ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia (equivalente ao montante de R\$24.706), com o consequente cancelamento dessas ações, sem redução do capital social, nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. O resgate será realizado mediante a utilização de parcela da reserva de capital da Companhia, observados os prazos, termos e condições aprovados na referida Assembleia.

b) Reserva legal

Conforme Estatuto Social, do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a totalidade do saldo da reserva legal foi absorvida em decorrência do prejuízo apurado no período, após a utilização integral das demais reservas de lucros.

c) Reserva de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação das reservas de incentivo fiscal e dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário durante a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não dispunha de reserva de lucros para consumir os prejuízos apurados no exercício (R\$128.034 em 2024), sendo o prejuízo absorvido pelas demais reservas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

d) Reserva de incentivos fiscais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu reserva de incentivo fiscal, em razão das alterações introduzidas pela Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973, vedando a exclusão das subvenções da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

A Companhia e suas controladas ainda se beneficiam de regimes especiais de tributação do ICMS reconhecidos pelos respectivos Estados e validados pelo CONFAZ, bem como da possibilidade de recolhimento do referido tributo em regime diferenciado como substituto tributário.

De acordo com a avaliação de consultores externos e prognóstico de êxito mais provável do que não para a Companhia e suas controladas, o ganho relacionado a essas subvenções não foi deduzido para fins de apuração de IR e CSLL (conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado do exercício consumiu na totalidade o saldo da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$191.646, sendo o prejuízo remanescente consumido nos montantes de R\$14.790 (R\$5.365 em 2024) absorvidos a conta de reserva legal e de R\$105.272 absorvidos a conta de reserva de capital.

e) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total constituído acerca da reserva de capital foi de R\$1.396.131 (R\$1.513.966 em 2024), as movimentações que ocorreram no exercício estão apresentadas abaixo:

- (i) O montante de R\$24.706 equivalentes ao resgate das ações preferenciais de classe B da San Lorenzo Participações S.A.
- (ii) O montante de R\$12.015 referente resultado decorrente das incorporações de subsidiárias durante o exercício.
- (iii) O montante de R\$14.757 (R\$10.780 em 2024) revertidos (registrados) a título de remuneração baseada em ações conforme descrito na nota explicativa nº 26.

f) Distribuição de lucros e pagamento de dividendos adicionais

A destinação dos lucros da Companhia, conforme o seu Estatuto Social, será:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.
- (b) Uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.
- (c) Poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório
- (d) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.
- (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Venda de mercadorias - clientes privados	2.386.701	2.217.665	4.452.137	5.064.358
Venda de mercadorias - clientes públicos	172.630	457.161	341.378	977.788
Receita bruta total	2.559.331	2.674.826	4.793.515	6.042.146
Deduções da receita bruta				
Devolução de vendas - clientes privados	(34.527)	(46.684)	(110.528)	(147.061)
Devolução de vendas - clientes públicos	(7.437)	(8.645)	(12.099)	(30.385)
Descontos concedidos	(765)	(1.132)	(1.822)	(4.413)
Impostos sobre vendas (a)	(95.508)	(132.868)	(110.528)	(295.026)
Total de deduções da receita	(138.237)	(189.329)	(234.977)	(476.885)
Receita operacional líquida	2.421.094	2.485.497	4.558.538	5.565.261

- (a) Durante o exercício, a Companhia reconheceu créditos relativos a tributos sobre vendas, onde destacam-se os valores relacionados ao ICMS-DIFAL, cujo pagamento entendemos ser recuperável, baseado em decisões judiciais e entendimentos recentes. Foram registrados na rubrica de impostos incidentes sobre a receita, o montante de R\$277.567 (R\$240.706 em 2024) relativos a créditos de ICMS.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada na transação com cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, que é o momento em que a obrigação de performance junto aos clientes é cumprida.

As faturas emitidas devem ser pagas, normalmente, de acordo com o prazo de vencimento de 30 dias. Não são oferecidos descontos adicionais ao valor da nota, devoluções somente são aceitas quando comprovado o defeito ou erro na entrega do produto. O percentual de devolução do setor é considerado baixo.

21. CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por função				
Custo das mercadorias vendidas	(2.153.841)	(2.201.350)	(3.741.521)	(4.663.274)
Comerciais	(118.006)	(122.791)	(252.544)	(284.845)
Gerais e administrativas	(180.138)	(172.358)	(435.232)	(449.175)
Ganho/(perdas) por redução ao valor recuperável	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045
Outras receitas (a)	158.611	133.508	41.454	17.711
Outras despesas	(35.666)	(4.340)	(55.414)	(6.696)
	(2.334.677)	(2.364.777)	(4.450.043)	(5.384.234)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por natureza				
Custo de revenda de mercadorias	(2.153.841)	(2.201.350)	(3.741.521)	(4.663.274)
Salários e encargos sociais	(149.838)	(143.418)	(275.809)	(287.659)
Remuneração baseada em ações	14.757	(10.780)	14.757	(10.780)
Comissões sobre vendas	(91)	-	(9.886)	(8.727)
Frete, fretes e embalagens	(18.841)	(21.127)	(53.972)	(70.400)
Amortização e depreciação	(40.663)	(17.031)	(179.853)	(173.839)
Condomínios e outros gastos de ocupação	(5.944)	(7.343)	(10.030)	(12.373)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(38.555)	(44.581)	(61.150)	(70.610)
Ganho/(perdas) por redução ao valor recuperável	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045
Viagens e hospedagem	(5.654)	(6.411)	(7.900)	(8.779)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(900)	(975)	(4.014)	(2.670)
Outras receitas (a)	158.611	133.509	41.454	17.711
Outras despesas (b)	(88.081)	(47.824)	(155.333)	(94.879)
	<u>(2.334.677)</u>	<u>(2.364.777)</u>	<u>(4.450.043)</u>	<u>(5.384.234)</u>

(a) Os montantes registrados na rubrica de outras receitas referem-se principalmente, ao rateio de despesas compartilhadas com a controladora e suas controladas.

(b) Os montantes registrados na rubrica de outras despesas referem-se principalmente a gastos com viagens e hospedagens, prestação de serviços de consultoria, softwares & clouds.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(294.995)	(247.985)	(356.824)	(283.228)
Juros sobre parcelas de aquisições de investimentos	(23.602)	(15.473)	(34.888)	(30.048)
Marcação a mercado dos contratos de energia	-	-	(7.264)	-
Outras despesas financeiras (a)	<u>(176.905)</u>	<u>(104.459)</u>	<u>(164.489)</u>	<u>(119.993)</u>
	<u>(495.502)</u>	<u>(367.917)</u>	<u>(563.465)</u>	<u>(433.269)</u>
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.697	2.068	43.407	8.214
Rendimento aplicação financeira	11.958	2.114	11.909	2.908
Outras receitas financeiras	<u>20.451</u>	<u>10.583</u>	<u>493</u>	<u>60</u>
	<u>34.106</u>	<u>14.765</u>	<u>55.809</u>	<u>11.182</u>
Resultado financeiro	<u>(461.396)</u>	<u>(353.152)</u>	<u>(507.656)</u>	<u>(422.087)</u>

(a) O aumento da rubrica de outras despesas financeiras no período refere-se principalmente a despesas bancárias, juros e multas de fornecedores e juros de mútuos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no julgamento do STJ, Tema Repetitivo 1.182, ficou definido que os benefícios de ICMS poderão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, visto que para o crédito presumido não há a necessidade de constituição da reserva de investimentos no Patrimônio Líquido, enquanto para isenção, redução e diferimento há a necessidade de cumprir os requisitos previstos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973, vedando a exclusão das subvenções da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Elfa Medicamentos S.A.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram das referidas subvenções do ICMS para fins de exclusão da base de cálculo do Imposto de renda e contribuição social, em conformidade com a Lei nº 14.789 citada anteriormente.

A Companhia e suas controladas ingressaram com Mandados de Segurança relacionados ao tema e de acordo com a avaliação de consultores jurídicos externos, o prognóstico de êxito é favorável. Desta forma, estamos aguardando o trânsito em julgado para procedermos com o usufruto do benefício fiscal.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Corrente:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	(27.574)	(34.915)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	(9.926)	(12.570)
	-	-	(37.500)	(47.485)
Diferido:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(138.843)	75.757	(110.790)	113.618
Contribuição social sobre o lucro líquido	(49.984)	27.272	(39.884)	40.902
	(188.827)	103.029	(150.674)	154.520

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes de imposto de renda e da contribuição social	(398.606)	(236.428)	(399.159)	(241.060)
Alíquota combinada legal	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Efeito líquido de créditos de IRPJ/CSLL correntes e diferidos às alíquotas da legislação	135.526	80.386	135.714	81.960
Ajustes ao lucro líquido que afetam o lucro fiscal:				
Equivalência patrimonial	(8.033)	(1.359)	-	-
Subvenção para investimentos	-	34.371	-	43.137
Despesas indedutíveis	(2.312)	(2.008)	(3.192)	(2.472)
Impostos diferidos - PF utilizado autorregularização (*)	-	481	-	11.602
Regularização de impostos diferidos e baixas por falta de expectativa de realização de parte do saldo do imposto de renda diferido ativo (a)	(298.135)	6.259	(309.150)	(13.035)
Juros sobre capital próprio	(14.248)	(14.241)	(1.440)	-
Outras adições e exclusões, líquidas	(1.625)	(860)	(10.106)	(14.157)
Adições e exclusões, líquidas	(324.353)	22.643	(323.888)	25.075
Total da (despesa) creditado registrado no resultado	(188.827)	103.029	(188.174)	107.035
Alíquota efetiva %	47%	44%	47%	44%

(*) A autorregularização é o parcelamento da Receita Federal Brasileira aderido pela Companhia dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, instituído pela Lei nº 14.740/2023. Para fins de apresentação na nota explicativa foi demonstrado a parcela do prejuízo fiscal utilizado no período para liquidar 50% dos débitos em aberto, conforme constituído em lei.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

As bases de cálculo para impostos ativos, líquidos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos:				
Provisão para redução de valor recuperável de				
contas a receber	11.781	6.610	22.450	22.440
Provisão de perdas com estoques	-	1.429	-	1.886
Provisões diversas	22.751	19.406	54.940	29.436
Mais valia indedutível	43.986	39.007	214.654	189.962
Outros	-	34.371	-	34.371
Ágio	(39.163)	(24.432)	(43.534)	(26.625)
Remuneração baseada em ações	17.546	24.134	17.546	24.134
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	181.849	321.915	269.630	410.645
	<u>238.750</u>	<u>422.440</u>	<u>535.686</u>	<u>686.249</u>

(a) Teste de recuperabilidade dos impostos diferidos

Os impostos diferidos foram submetidos em 31 de dezembro de 2025 a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e no plano de negócios apresentados aos seus controladores. O orçamento e o plano de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços no segmento de medicamentos e equipamentos médicos. As principais premissas adotadas para projeção do EBTIDA foram as mesmas divulgadas na nota explicativa nº 12.

Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de juros, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável.

Além das premissas acima também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao imposto de renda e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024 e cronograma de incorporação das investidas.

A administração efetuou a análise por empresa e verificou, no consolidado, a possibilidade de utilização do saldo total de impostos diferidos no prazo projetado. Como resultado dessa análise, foi reconhecida provisão para recuperação desses ativos fiscais diferidos no montante de R\$257.530 sem efeito caixa.

A Administração continuará revisando periodicamente as premissas utilizadas na mensuração desses ativos, podendo reconhecer novos ativos fiscais diferidos à medida que existem evidências adicionais que suportem sua realização.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo por ação para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrado a seguir, o lucro básico e diluído são iguais devido aos prejuízos apurados em ambos os exercícios.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(587.335)	(134.025)
Quantidade de ações	<u>615.270</u>	<u>617.158</u>
Prejuízo por ação - básico - R\$	<u>(0,955)</u>	<u>(0,217)</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As informações relacionadas aos instrumentos financeiros do Grupo e suas respectivas análises estão relacionadas nos itens abaixo:

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e suas classificações. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos.

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	120.653	279.821	180.485	365.516
Contas a receber	(i)	821.099	627.100	1.022.250	1.039.726
Contas a receber de partes relacionadas	(i)	281.432	222.120	26.370	-
		1.223.184	1.129.041	1.229.105	1.405.242
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	(iii)	786.456	857.578	1.076.790	1.245.277
Empréstimos e financiamentos	(iii)	1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422
Instrumentos financeiros	(ii)	-	-	7.264	-
Compromissos com aquisições de investimentos	(iii)	37.142	92.339	37.142	92.339
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	(iii)	135.024	127.663	176.503	186.783
Contas a pagar a partes relacionadas	(iii)	807.059	457.627	-	-
		3.291.564	2.975.820	3.160.490	3.171.821

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivos ao custo amortizado.

Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria na qual o cliente opera.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo de pagamento médio de 1 e 4 meses para clientes dos setores público e privado, respectivamente.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis e não se utiliza de garantias para não constituição de provisão para perdas.

O Grupo não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 quaisquer clientes representando individualmente mais de 5% (cinco por cento) do saldo de contas a receber.

Avaliação de perda esperada de crédito para clientes corporativos

Uma expectativa de perda de crédito esperada é calculada para cada tipo de cliente (público ou privado) com base nas características observadas historicamente e condição de inadimplemento de perda de crédito. Especificamente, a provisão para redução ao valor de realização das contas a receber foi constituída de acordo com o julgamento da Administração da Companhia e através de políticas internas para análise crédito, considerando o histórico de perdas dos últimos cinco anos ajustados para refletir as condições econômicas atuais e esperadas, bem como outros fatores de determinação de risco de crédito para cálculo de perdas esperadas, incluindo análise individual das duplicatas em aberto. A pulverização da carteira de clientes e sua dispersão geográfica reduzem significativamente o risco.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$180.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$365.516 em 2024). “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* classificado pela Fitch entre AA- e AA+, baseado nas principais agências de *rating* e, portanto, consideradas com baixo risco de crédito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Grupo contrata os instrumentos financeiros derivativos com instituições financeiras do mesmo rating.

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado ao cumprimento das obrigações associadas com passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa e/ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é garantir, que sempre haverá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto “Fornecedores”) para os próximos 60 dias e monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2024

	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Total	1 - 12 meses	1 a 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	1.604.205	3.165.638	1.283.776	941.751	940.110	-
Arrendamento	43.217	113.838	23.561	45.229	45.048	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.245.277	1.245.277	1.245.277	-	-	-
Contas a pagar e Compromissos pela aquisição de investimentos	279.122	554.891	268.197	143.056	143.638	-
	<u>3.171.821</u>	<u>5.079.644</u>	<u>2.820.811</u>	<u>1.130.037</u>	<u>1.128.795</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2025

	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Total	1 - 12 meses	1 a 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					1.836.65	
Empréstimos e financiamentos	1.820.011	6.066.786	2.359.541	1.870.595	1	-
Arrendamento	42.780	109.871	25.725	42.153	41.992	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.076.790	1.076.790	1.076.790	-	-	-
Instrumentos financeiros	7.264	8.313	4.475	2.302	1.536	-
Contas a pagar e Compromissos pela aquisição de investimentos	213.645	434.187	232.398	100.513	101.276	-
	<u>3.160.490</u>	<u>7.695.947</u>	<u>3.698.929</u>	<u>2.015.563</u>	<u>1.981.455</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

Risco cambial

O Grupo não está exposto materialmente ao risco cambial desta forma, optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio.

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. Todos os empréstimos contratados pelo Grupo em moeda estrangeira estão protegidos através de contratos de derivativos que mitigam a exposição do Grupo à variação cambial. O Grupo não possui contabilidade de cobertura ("hedge accounting").

Risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo em valores nominais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	180.485	365.516
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	(176.503)	(186.783)
Empréstimos e financiamentos	(1.862.791)	(1.647.422)
Exposição líquida	(1.858.809)	(1.468.689)

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros e câmbio

O Grupo possui ativos ou passivos financeiros pelo valor justo, com taxa de juros prefixada por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros e câmbio) como instrumentos de "hedge" usando o modelo de contabilidade de "hedge" de valor justo para este tipo de proteção.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata e de títulos de valores mobiliários do Grupo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidos da CDI, foram definidos dois cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas no dia 29 de janeiro de 2026 pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e taxa que lastreia as operações interbancárias para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como variações de piora na taxa em 25% (cenário I) e 50% (cenário II). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

	Risco CDI		Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Operação	Queda do percentual CDI (25%)	Valor Nominal			
Caixa e equivalente de caixa		180.485	202.594	197.067	191.540
Contas a pagar pela aquisição de investimentos		176.503	198.125	192.719	187.314
Empréstimos e Financiamentos		1.820.011	2.042.962	1.987.225	1.931.487
			2.443.681	2.377.011	2.310.341

Na data base de 31 de dezembro de 2025, o Grupo não detinha empréstimos em moeda estrangeira para que fossem apresentados os cenários de estresse da análise de sensibilidade dos saldos a projeções de taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Instrumentos financeiros (contratos futuros)

A Companhia em 2025, passou a realizar operações de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, por meio da celebração de contratos de compra e venda de energia com diferentes contrapartes de mercado, os quais estabelecem condições relacionadas a volumes, prazos e preços negociados entre as partes, em conformidade com as regras e procedimentos aplicáveis ao mercado de energia elétrica.

Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia mensura os contratos vigentes ao valor justo na data de reporte, procedendo à marcação a mercado com base em informações observáveis, incluindo curvas de preços de energia, condições contratuais e demais premissas de mercado disponíveis.

As variações decorrentes da atualização do valor justo desses contratos são reconhecidas no resultado do período, refletindo a reavaliação das posições contratuais existentes na data-base das demonstrações financeiras. A Companhia possui contratos futuros de energia com vencimento até dezembro de 2028 demonstrados abaixo:

Contratos futuros (comercialização de energia)	MWh comercializados	Contratos negociados	(Perda) ganho no MTM	Valor presente dos contratos futuros
Venda	764.116	167.304	(34.863)	(30.497)
Compra	764.116	(175.617)	26.549	23.233
		<u>(8.313)</u>	<u>(8.313)</u>	<u>(7.264)</u>

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui incentivos de longo prazo que outorgam aos empregados opções de compra de ações, liquidáveis em ações.

De acordo com este incentivo, as opções podem ser exercidas por preços pré-estabelecidos na data da outorga quando as condições para exercício sejam atendidas. São condições para o exercício: (i) evento de liquidez para o acionista controlador; (ii) retorno mínimo esperado do acionista controlador e (iii) tempo de serviço mínimo. Estes critérios não foram atingidos cumulativamente, portanto nenhuma opção foi exercida até a data. Caso o empregado decida sair do Grupo antes que as três condições acima sejam cumpridas, ele tem suas opções canceladas. As regras e condições descritas aplicam-se igualmente a ambos os planos de incentivos descritos abaixo.

Plano	Data da outorga	Número de opções (em milhares)	Total em R\$ mil	Vida contratual da opção
Incentivo 2014	1 de dezembro de 2014	893	1.590	48 meses após a outorga
Incentivo 2015	1 de dezembro de 2015	33	94	48 meses após a outorga
Incentivo 2016	1 de agosto de 2016	590	1.487	48 meses após a outorga
Incentivo 2017	24 de agosto de 2017	410	2.677	48 meses após a outorga
Incentivo 2018	9 de fevereiro de 2018	1.564	11.181	48 meses após a outorga
Incentivo 2019	9 de janeiro de 2019	2.093	12.422	48 meses após a outorga
Incentivo 2020	9 de janeiro de 2020	2.773	13.253	48 meses após a outorga
RSU 2021	1º de julho de 2021	855	9.379	36 meses após a outorga
RSU 2022	1º de julho de 2022	509	6.449	36 meses após a outorga
RSU 2023	1º de julho de 2023	1.116	10.039	36 meses após a outorga
RSU 2024	1º de julho de 2024	634	2.612	36 meses após a outorga
Total de opções de ações		<u>11.470</u>	<u>71.183</u>	

Mensuração de valor justo

O valor justo dos planos de opções que possui pagamento baseado em ações, denominado “Incentivo”, liquidável em ações foi avaliado a valor justo com base na fórmula de “Black-Scholes”. Condições de serviço e de desempenho não-mercado não foram consideradas na mensuração de valor justo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elfa Medicamentos S.A.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

Planos de incentivo de longo prazo	2014	2015	2017	2018	2019	2020
Valor justo na data de outorga	1,78	2,85	2,52	6,54	7,15	5,93
Preço da ação na data de outorga	2,61	4,09	4,37	8,79	10,37	11,58
Preço de exercício	1,46	2,15	2,44	2,91	3,84	6,17
Volatilidade esperada (média ponderada)	23%	26%	19%	22%	18%	18%
Vida da opção (em anos)	4	4	4	4	4	4
Taxa de juros livre de risco (CDI)	11,57%	14,14%	6,9%	6,4%	4,4%	2,15%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a métrica de mercado volatilidade histórica do indicador Bovespa em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção. O método de valorização utilizado foi “Black-Scholes”.

Entre os anos de 2021 e 2024, o Grupo concedeu um novo plano de ações restritas “RSU”. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo convertido em ações com base no último valor justo apurado pelo Grupo antecedente à concessão das ações restritas.

Planos de incentivo de longo prazo - RSU	2021	2022	2023	2024
Valor justo na data de outorga	10,96	12,67	10,63	8,09
Preço da ação na data de outorga	12,64	10,63	8,28	9,67
Preço de exercício	10,96	12,67	10,63	8,09
Vida da opção (em anos)	3	3	3	3

Despesas reconhecidas no resultado

Em relação aos planos mencionados acima, o Grupo reconheceu como de despesas com salários e encargos, o montante total em contrapartida a reserva de opções outorgadas, o montante total conforme quadro abaixo:

Plano	31/12/2025	31/12/2024
Incentivo 2014	7.015	-
Incentivo 2015	63	-
Incentivo 2016	-	-
Incentivo 2017	-	-
Incentivo 2018	302	-
Incentivo 2019	4.675	-
Incentivo 2020	5.622	(713)
Incentivo 2021	(821)	(584)
Incentivo 2022	(1.418)	(558)
Incentivo 2023	735	(7.739)
Incentivo 2024	(1.416)	(1.186)
Reversão (Despesa) reconhecida no período	<u>14.757</u>	<u>(10.780)</u>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**27. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Abaixo estão sendo apresentadas as informações adicionais sobre transações que não envolvem caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Nota Explicativa	Natureza da Transação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado		12.570	-	27.557	-
NE 12. Empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar	Efeitos do IFRS 16 (Adições/Baixas)	12.570	-	27.557	-
NE 8. Investimento		15.042	-	-	-
NE 10. Contas a pagar a partes relacionadas	Baixa de dividendos pagos	15.042	-	-	-
NE 15. Ativos indenizatórios	Reversão de provisão de contingências não materializadas e ativos indenizatórios levantadas em due	-	-	101.657	-
NE 15. Provisão para contingências	diligence	-	-	101.657	-
NE 15. Ativos indenizatórios	Constituição de provisão de contingências e ativos	(12.138)	-	(13.686)	-
NE 15. Provisão para contingências	indenizatórios	(12.138)	-	(13.686)	-
NE 15. Ativos indenizatórios	Reversão de provisão de contingências não materializadas sem	5.102	-	6.864	-
Reserva de capital	ativo indenizatório constituído	5.102	-	6.864	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre fevereiro e março de 2026, a Companhia recebeu aportes de capital que, no montante somam R\$160.000 de seus acionistas. Os recursos foram integralizados em caixa e têm como objetivo o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e o suporte às suas atividades operacionais e estratégicas.

Em 26 de fevereiro de 2026 a Companhia publicou edital de convocação dos debenturistas com a finalidade de aprovar a alteração do prazo previsto na Cláusula 9.1, item (xxxiv) da Escritura de Emissão, de modo a permitir que a Companhia realize o Aumento de Capital (conforme definido na Escritura de Emissão) até 31 de dezembro de 2026. Permanecem inalterados os demais termos, condições e valores mínimos e máximos do referido Aumento de Capital, bem como a manutenção das demais obrigações previstas na Cláusula 9.1, afastando-se qualquer penalidade nos termos da Cláusula 8.1.2.

Vinícius Soares Martins
Controller/Contador
CRC MG 096531/O-5

Notas Explicativas

ELFA MEDICAMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elfa Medicamentos S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações, com sede em Brasília, no Distrito Federal. A Companhia, quando em conjunto com suas controladas (denominadas como “Elfa” ou “Grupo”) atuam no comercio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos de uso humano, produtos dermatológicos, medicamentos especiais para fertilidade, oncologia, hormônios, materiais hospitalares e odontológicos, entre outros.

A Companhia também tem participação societária em outras empresas no território nacional (nota explicativa nº 2), cujas atividades operacionais estão relacionadas aos seus próprios objetivos de negócio. O Grupo comercializa seus produtos para os setores privado (hospitais, clínicas e planos de saúde) e público (federal, estadual e municipal).

No último trimestre de 2025, a Companhia alterou seu objetivo social, passando a incluir a atividade de comercialização de energia elétrica. A referida atividade foi implementada de forma acessória as atividades operacionais principais, buscando diversidade de nossas atividades, não representando, até a presente data, alteração relevante no modelo de negócios ou nos principais riscos assumidos pela Companhia.

2. RELAÇÃO DE EMPRESAS CONTROLADAS

	2025	2024
Controladas diretas:		
Prescrita Medicamentos Ltda. (“Prescrita”)	100%	100%
Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. (“Cirúrgica Jaw”)	100%	100%
Medcom Comércio de Medicamentos Ltda (“Medcom”) (a)	100%	100%
G.B. Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda (“GB”) (a)	100%	100%
Salus Latam Holding S.A. (“Salus”) (b) (*)	-	100%
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.(“Biohosp”)	100%	100%
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda. (“Dupatri”)	100%	100%
DRS Holding de Sociedades Empresariais Ltda. (“DRS”) (d)	-	100%
Sadraque Participações S.A. (“Sadraque”) (c) (*)	-	95%
TLS Logística Hospitalar e Transporte de Medicamentos Ltda. (“TLS”) (c)	95%	95%
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	100%	100%
Nacional Comercial Hospitalar S.A(“NCH”) (b)	100%	100%
Controladas indiretas:		
Agilfarma Medicamentos Ltda. (“Agilfarma”)	100%	100%
Artmédica Comércio e Representações Ltda (“Artmédica”) (b)	100%	100%
Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda (“Commed”) (b)	100%	100%
Procifar Distribuidora Ltda (“Procifar”) (*)	-	100%
Fenergy Indústria e Comércio Ltda (“Fenergy”) (b)	100%	100%
Surya Dental Ltda (“Surya”) (b)	80%	80%
Anbioton Importadora Ltda (“Anbioton”).	100%	100%
DRS Administração de Estoques Ltda. (“DRS ADM”) (d)	-	100%
Suportmed Distribuidora Comércio e Representação Comercial Ltda. (“Suportmed”) (d)	-	100%
DRS Courier Ltda (“DRS Courier”) (d)	-	100%
DRS Importadora e Serviços Ltda. (“DRS Importadora”) (d)	-	100%

Elfa Medicamentos S.A.

Notas Explicativas

Legenda:

- (a) Essas empresas formam o Grupo Medcom.
- (b) Essas empresas formam o Grupo Atrial
- (c) Essas empresas formam o Grupo TLS
- (d) Essas empresas formam o Grupo DRS, vendida durante no primeiro trimestre de 2025.
- (*) Empresas incorporadas durante o exercício ao balanço da Elfa.

Alienação da controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A.

Conforme comunicado divulgado ao mercado no dia 23 de dezembro de 2024, a Elfa Medicamentos S.A (Elfa) firmou um Contrato de Compra e Venda de Ações com fundos geridos pela Vinci GGN Gestão de Recursos Ltda. (Vinci Impacto e Retorno IV - Fundo de Investimento em Participações Multi-Estratégia e Vinci Impacto e Retorno IV Master P - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) para a venda da controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A.

O valor total da operação foi de R\$77.075, tendo sido recebida antecipadamente, em 31 de dezembro de 2024, a quantia de R\$68.208, pago em uma única parcela. A operação de compra e venda foi concluída em 28 de fevereiro de 2025.

A venda da operação está em consonância com os objetivos da Companhia em simplificar a sua estrutura e reduzir a sua alavancagem financeira. A perda registrada no resultado decorrente da alienação da DRS foi no montante de R\$8.224.

As demonstrações financeiras consolidadas relativa ao período comparativo findo em 31 de dezembro de 2024 não foram reapresentadas para refletir a operação descontinuada, considerando a imaterialidade dos saldos.

De acordo com o CPC 31/IFRS 5 uma operação deve ser considerada descontinuada quando representa uma importante linha separada de negócios. O julgamento da Companhia, considerou:

- Se o negócio é avaliado separadamente pelo principal tomador de decisões.
- Se a venda do negócio representa uma mudança estratégica relevante.
- Representatividade do negócio no faturamento líquido, imobilizado e capacidade produtiva do Grupo.

Com base nessa avaliação e consideração dos pontos acima, a controlada DRS Holding de Sociedades Empresariais, Financeiras, Mercados de Saúde, Entretenimento e Afins S.A. não foi considerada uma importante linha separada de negócios e, conseqüentemente, foi apresentada como uma operação descontinuada em 31 de dezembro de 2024 apenas para fins de balanço patrimonial.

A seguir, são apresentadas as principais linhas dos balanços patrimoniais para os períodos findos em 28 de fevereiro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, bem como as demonstrações de resultados dos exercícios para os períodos findos em 28 de fevereiro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Balanço patrimonial	Grupo DRS	
	28/02/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	30.842	4.908
Contas a receber de clientes	101.802	88.445
Estoques	2.649	2.411
Tributos a recuperar	27.588	24.251
Outros ativos	2.556	3.188
Imobilizado	19.651	19.307
Intangível	143	161
Total dos ativos	185.231	142.671

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Balanco patrimonial	Grupo DRS	
	28/02/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras contas a pagar	85.937	78.896
Empréstimos e financiamentos	16.258	24.157
Obrigações trabalhistas	3.083	3.382
Tributos a recolher	43.522	40.300
Outros passivos	-	776
Adiantamento para futuro aumento de capital	30.000	-
Provisão para contingências	4.870	4.870
Total dos Passivos	183.671	152.381
Patrimônio Líquido	1.560	(9.710)
Demonstração dos resultados dos exercícios	28/02/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	29.988	158.776
Custo das mercadorias vendidas	(18.406)	(110.038)
Lucro bruto	11.582	48.738
Despesas com vendas	(67)	(304)
Despesas gerais e administrativas	(4.242)	(22.602)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4)	(11)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos	7.268	25.820
Receitas financeiras	115	1.375
Despesas financeiras	(1.727)	(12.550)
Despesas financeiras líquidas	(1.612)	(11.175)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.656	14.645
Imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(3.036)	(13.494)
Diferidos	-	493
Lucro líquido do período	1.790	1.280
Lucro líquido do período não controladores	831	365

Abaixo estão sendo apresentados os saldos de acervo líquido incorporado relativo as empresas incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Procifar Distribuidora Ltda.

Em 31 de julho de 2025, a Procifar Distribuidora Ltda. “Procifar”, controlada indireta da Elfa, através de processo de incorporação registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controladora, Nacional Comercial Hospitalar S.A “NCH”. O acervo líquido incorporado foi de R\$41.106 e o valor referente ao lucro do período foi de R\$4.029.

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	32
Contas a receber de clientes	9.106
Estoques	4.296
Tributos a recuperar	5.508
Adiantamentos a fornecedor	6.000
Transações com partes relacionadas	13.595
Imobilizado	1.461
Imposto de renda e contribuição social	1.039
Outros ativos	3.974
Total do ativo incorporado	45.011
Fornecedores	1.607
Tributos a recolher	1.477
Outros passivos	821
Total do passivo incorporado	3.905
Total do patrimônio líquido incorporado	41.106

Notas ExplicativasSalus Latam Holding S.A.

Em 31 de outubro de 2025, a Salus Latam Holding S.A. “SALUS”, controlada direta da Elfa, através de processo de incorporação reversa registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controlada, Nacional Comercial Hospitalar S.A “NCH”. O acervo líquido incorporado foi de R\$494.529 e o valor referente ao prejuízo do período foi de R\$826.

	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	13
Tributos e contribuições	138
Investimentos	503.540
Partes relacionadas	27.220
Intangível	3
Outros ativos	380
Total do ativo incorporado	531.294
Fornecedores	5.419
Tributos a recolher	78
Outros passivos	31.268
Total do passivo incorporado	36.765
Total do patrimônio líquido incorporado	494.529

Sadraque Participações S.A.

Em 31 de outubro de 2025, a Sadraque Participações S.A. “Sadraque”, controlada direta da Elfa, através de processo de incorporação reversa registrado na Junta Comercial, transferiu integralmente seus bens e direitos, bem como suas obrigações para a sua controlada, TLS Logística, Distribuição e Transporte Ltda “TLS”. O acervo líquido negativo incorporado foi de R\$94 e o valor referente ao prejuízo do período foi de R\$15.

	31/12/2025
Partes relacionadas	94
Total do passivo incorporado	94
Total do patrimônio líquido incorporado	(94)

3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

3.2. Declaração de relevância

A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

3.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente. Assim, estas informações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas para divulgação pela Diretoria em 17 de março de 2026.

3.4. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2025 e 2024, incluem operações com suas controladas. Estas demonstrações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa controlada; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e (e) realocação, para fins de consolidação, do ágio e das mais-valias originados na aquisição de investidas, assim como dos efeitos fiscais diferidos associados às amortizações reconhecidas na controladora, contemplando os correspondentes reflexos no resultado consolidado do Grupo.

3.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras da controladora e do consolidado, estão apresentadas em reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Notas Explicativas

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Estimativas e Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 11 - consolidação e equivalência patrimonial em investidas: determinação se o Grupo detém de fato controle e influência significativa sobre uma investida;

Nota Explicativa nº 26 - Valor justo das opções que fazem parte do pagamento baseado em ações.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 8 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- Nota explicativa nº 9 - Mensuração de perda de estoques.
- Nota explicativa nº 10 - Provisão de deságio para cessão de créditos tributários.
- Nota explicativa nº 12 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- Nota explicativa nº 15 - Mensuração do passivo do arrendamento mercantil requerido a determinação da taxa incremental de financiamento da Companhia.
- Nota explicativa nº 18 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa nº 23 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa nº 25 - Reconhecimento de instrumentos financeiros: mensuração a valor justo dos contratos de compra e venda de energia.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos financeiros e não financeiros.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das IFRS e dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativo para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a mensuração. O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

5. MUDANÇAS NAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS E NOVAS NORMAS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO VIGENTES

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2): Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações estabelecem critérios para avaliar a conversibilidade de uma moeda e determinar a taxa de câmbio quando esta não for conversível. Considera-se conversível a moeda obtida dentro de um prazo razoável por meio de mercado ou câmbio com direitos exequíveis; caso contrário, é tratada como não conversível. Nesses casos, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista com base em valores de mercado, sem um método específico obrigatório. Além disso, exige-se a divulgação do impacto da não conversibilidade na posição financeira e nos fluxos de caixa. A IAS 21 recebeu um novo apêndice e exemplos ilustrativos, e a IFRS 1 foi ajustada para alinhamento com a norma revisada.	01/01/2025

Notas Explicativas

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Orientação técnica OCPC 10 - Crédito de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de Emissão ("Allowance") e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica OCPC 10 estabelece diretrizes contábeis para o tratamento de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão ("allowances") e créditos de descarbonização (CBIO) no mercado brasileiro. Seu objetivo é padronizar o reconhecimento, a mensuração e a divulgação dessas transações, garantindo maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras. O OCPC 10 abrange tanto a origem e aquisição desses instrumentos para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) quanto a sua utilização para negociação no mercado. Além disso, define requisitos para a contabilização de passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou de compromissos não formalizados, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	01/01/2025

Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 18/CPC 3 (R2) - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras foi emitido pelo IASB em abril de 2024, substituindo o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) no Brasil). Ele introduz novos requisitos para a demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. A norma exige que receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas, sendo que as três primeiras categorias são novas. Além disso, o IFRS 18 demanda a divulgação de medidas de desempenho baseadas nas funções identificadas das demonstrações financeiras principais e exige maior detalhamento nas notas explicativas. As mudanças incluem alterações no IAS 7 (CPC 03 R2), como a remoção da possibilidade de classificar certos fluxos de caixa como operacionais e a nova metodologia de alocação de fluxos relacionados a lucros ou prejuízos.	01/01/2027
IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Por meio da revisão pós-implementação do IFRS 9, o IASB identificou a necessidade de esclarecer requisitos relacionados à avaliação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, especialmente os critérios de "pagamentos exclusivamente de principal e juros" (SPPI). O objetivo principal é garantir uma aplicação mais consistente, especialmente para ativos financeiros vinculados a metas ESG (ambientais, sociais e de governança). Em maio de 2024, o IASB emitiu novos requisitos no IFRS 9 e IFRS 7, voltados para uniformizar as práticas contábeis de classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Essas alterações visam reduzir assimetrias na aplicação das normas e aumentar a transparência para investidores e demais usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2026

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
	As mudanças incluem diretrizes mais claras para a mensuração e classificação desses ativos, alinhando as práticas contábeis às necessidades de relatórios financeiros modernos e ao mercado crescente de ativos sustentáveis.	
Alterações ao IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 - Contratos de Energia	Novas regras para contratos de compra de energia (PPAs) ligados a fatores ambientais, permitindo contabilidade de “hedge” e uso próprio.	01/01/2026
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS- Volume 11	• IFRS 1 - Primeira adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. • IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e orientações complementares sobre a implementação da IFRS 7. • IFRS 9 Instrumentos Financeiros. • IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas. • IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.	01/01/2026
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Emitida em 9 de maio de 2024, permite que subsidiárias elegíveis divulguem menor quantidade de informações do que o exigido pelas normas “IFRS Accounting Standards”, mas sem alterar o reconhecimento, mensuração e apresentação dos itens contábeis.	01/01/2027

A Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em exercícios futuros, mas podem exigir divulgações adicionais ou ajuste de apresentação ou divulgação, principalmente no que se refere as mudanças em decorrência do IFRS 18 em 2027.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Receita de contrato com cliente**(i) Receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente sendo reconhecidas quando as obrigações de performance são atendidas e seus respectivos riscos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

(ii) Créditos Extemporâneos

O critério para o reconhecimento contábil de créditos tributários extemporâneos, provenientes de revisões e levantamentos realizados sobre tributos indiretos pagos a maior em exercícios anteriores ou através de avaliações por meio de opinião legal de nossos assessores jurídicos com êxito classificado com mais provável do que não, ativos contingentes transitados em julgado favorável a Companhia, bem como de provisões de impostos indiretos por questões de autuações fiscais, entre outros, é serem registrados diretamente nas rubricas de deduções da receita, como impostos sobre vendas, tendo em vista a natureza dos tributos serem sobre vendas.

Notas Explicativas

Com isso, os créditos de PIS, COFINS, ICMS e demais tributos sobre a receita passaram a ser registrados como redutores das respectivas contas de impostos incidentes sobre vendas.

b) Informações por seguimento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

A Companhia avaliou a integração estratégica de suas divisões de Medicamentos, que engloba todos os tipos de medicamentos, sejam eles especialidades, genéricos ou similares e Materiais Médicos, que engloba materiais, equipamentos hospitalares e nutrição. Essa integração da infraestrutura de distribuição, da força de vendas e dos relatórios de gestão interna, o desempenho financeiro e alocação de recursos para a Companhia para um único segmento operacional.

De acordo com a IFRS 8, as informações do segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentados como um único segmento operacional. Essa alteração não teve impacto na posição financeira consolidada ou nos resultados operacionais da Companhia.

c) Benefício a empregados**(i) Benefício a empregados de curto prazo**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem o direito aos prêmios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date).

e) Subvenção governamental

A Companhia e suas controladas se beneficiam do regime especial de tributação de redução de base de impostos.

Até 31 de dezembro de 2023 a Companhia excluía da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os valores relativos a esses benefícios, desde que registrado em reserva de lucros.

A partir do exercício de 2024, a Companhia passou a não excluir a subvenção da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, em razão das alterações introduzidas pela Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

f) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros.
- Despesa de juros com empréstimos e financiamentos, líquidas de derivativos.
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Notas Explicativas

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia e suas controladas esperam recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

h) Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques é atribuído pelo uso do critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais.

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. As perdas estimadas com estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração e reavaliadas a cada trimestre.

i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment").

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - De acordo com o prazo contratual.
- Máquinas e equipamentos 3-12 anos.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

- Móveis e utensílios 5-10 anos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j) Ativos intangíveis e ágio

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). O saldo do ágio é submetido a teste de recuperabilidade ao menos uma vez ao ano e apresentado líquido das perdas reconhecidas, quando aplicável.

Carteira de clientes

Carteira de clientes são registradas inicialmente ao valor justo e são amortizados ao longo da expectativa de duração da carteira de clientes, considerando a rotatividade anual da base de clientes ("Churn-rate").

"Non-compete"

Algumas aquisições têm cláusulas específicas que obriga o vendedor a não competir por determinado período no segmento de atuação do Grupo, estas cláusulas têm seu valor justo atribuído pela estimativa do ganho pela ausência do competidor adquirido no mercado ("With or without") e são amortizados pelo prazo de duração desta cláusula.

Ativo indenizatório

Algumas empresas adquiridas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista, tributária ou cível (decorrentes de processos judiciais/administrativos ou não), oriundos de fatos geradores incorridos em períodos anteriores à data de fechamento da aquisição. De acordo com os contratos de compra e venda das referidas aquisições, tais contingências são de responsabilidade dos antigos acionistas e devem ser por eles indenizadas à empresa do grupo que sofreu a perda.

A indenização poderá ocorrer inclusive pela utilização de recursos das parcelas retidas de pagamento do preço, eventuais outras garantias ou recursos próprios dos antigos acionistas. A Companhia e suas controladas reconhecem o valor justo desses passivos no balanço de abertura da empresa adquirida na data de aquisição e o mesmo valor como ativo indenizatório.

Licenças de operação

Algumas aquisições possuem licenças de operação, essas licenças são necessárias para a operação destas empresas. A Companhia e suas controladas reconhecem o valor justo desses ativos no balanço de abertura da empresa adquirida na data de aquisição.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Direitos de uso de software	5 anos
Carteira de clientes	de 7 a 13 anos
“Non compete”	5 anos
Marcas e patentes	Indefinida
Licenças de operação	2 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

k) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber é reconhecido inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescidos, para um item não mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos.
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo.
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e suas controladas.
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa.
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis.
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo.

Notas Explicativas

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas aos fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “impairment”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o “impairment” são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

l) Redução ao valor recuperável ("impairment")

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*) aplicando-se as perdas esperadas com base nos dados disponíveis as vendas do período.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias para contas a receber do mercado privado e 540 dias para mercado público.
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 540 dias para contas a receber do mercado do setor público e não estejam empenhados na rubrica de restos a pagar do exercício anterior ou não tenha decisão administrativa ou judicial que determine o pagamento.
- A Companhia realiza avaliação individualizada de seus grandes clientes do mercado privado. Essa avaliação individualizada considera o histórico de perdas dos últimos cinco anos combinada com a avaliação das informações financeiras públicas desses clientes e com as avaliações de rating disponíveis e publicadas por grandes agências de avaliação.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber). As perdas de créditos são reconhecidas de acordo com as faixas de atraso/inadimplemento que se iniciam a partir de 1 dia de atraso.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

No monitoramento dos ativos, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes públicos ou privados e são levados em conta histórico de negociação com o Grupo, e existência de dificuldades financeiras no passado.

Notas Explicativas

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- Desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e suas controladas baixam os ativos quando considera já irrecuperável e exaurida a possibilidade de cobrança com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia e suas controladas fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os ativos fiscais diferidos e os estoques, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de valor recuperável do ágio, o Grupo considera uma unidade geradora de caixa (UGC), o qual está alinhada ao seu segmento operacional reportado pela Companhia (vide nota explicativa nº 27).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma “pro rata”.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais são provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

n) Lucro por ação, básico e diluído

O Grupo calcula o lucro por ação básico utilizando a média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído considera o efeito dilutivo das opções outorgadas em aberto durante o exercício ponderado com base na data da outorga.

o) Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia e suas controladas determinam se ele é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2)/IFRS 16.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia e suas controladas optaram por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

Notas Explicativas

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.
- Pagamentos variáveis que dependem de índice ou taxa, inicialmente mesurados utilizando o índice ou taxa na data de início.
- Pagamentos previstos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado se houver uma alteração nos pagamentos futuros resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia e suas controladas alterarem sua avaliação da opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

p) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (“non-performance”).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia e suas controladas requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia e suas controladas mensuram ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia e suas controladas determinarem que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

q) Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- Representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- São parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- São de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	8	11	257	493
Bancos	41.550	22.879	65.195	50.861
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	79.095	256.931	115.033	314.162
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>120.653</u>	<u>279.821</u>	<u>180.485</u>	<u>365.516</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estas aplicações eram substancialmente em Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos, todas com liquidez imediata e com rendimentos indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com percentuais de remuneração entre 85% e 100%, progressivamente de acordo com o período que o valor é mantido na conta.

8. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes privados	225.291	266.580	927.397	903.187
Clientes públicos	109.176	130.612	150.819	187.897
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 13) (*)	534.550	272.189	16.214	14.036
	<u>869.017</u>	<u>669.381</u>	<u>1.094.430</u>	<u>1.105.120</u>
(-) PCLD	<u>(47.918)</u>	<u>(42.281)</u>	<u>(72.180)</u>	<u>(65.394)</u>
	<u>821.099</u>	<u>627.100</u>	<u>1.022.250</u>	<u>1.039.726</u>
Circulante	806.709	607.191	1.003.283	1.019.817
Não Circulante	14.390	19.909	18.967	19.909

- (*) Os saldos apresentados de partes relacionadas no consolidado referem-se a transações com empresas que estão sob o controle do Pátria Brazilian Private Equity Fund IV - FIP acionista majoritário da Companhia, mas não fazem parte do Grupo Elfa.

Notas Explicativas

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento, desconsiderando os saldos devidos por partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	234.008	267.792	800.492	799.997
Vencidos até 30 dias	10.721	17.497	45.918	47.803
Vencidos de 31 a 90 dias	5.097	15.773	19.300	33.094
Vencidos de 91 a 180 dias	4.056	7.470	20.259	22.278
Vencidos há mais de 181 dias	80.585	88.660	192.247	187.912
Total	334.467	397.192	1.078.216	1.091.084
(-) PCLD	(47.918)	(42.281)	(72.180)	(65.394)
	286.549	354.911	1.006.036	1.025.690

As movimentações na provisão para perda por redução ao valor recuperável dos montantes a receber estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(42.281)	(40.614)	(65.394)	(73.182)
Constituição/ (Reversão)	(5.637)	(1.667)	(6.786)	7.788
Saldo final	(47.918)	(42.281)	(72.180)	(65.394)

Demonstrado abaixo as perdas líquidas debitadas/creditadas durante os exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável	(5.637)	(1.667)	(6.786)	7.788
Reembolsos/(despesas) relacionados a recuperação de recebíveis	-	4.221	-	(5.743)
Total debitado ao resultado do exercício	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045

9. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercadorias para revenda	157.821	238.712	499.979	707.638
Mercadorias em consignação	2.702	3.147	41.708	31.615
	160.523	241.859	541.687	739.253
(-) Provisão para perdas com estoques	(721)	(4.202)	(1.543)	(5.412)
Total	159.802	237.657	540.144	733.841

A movimentação da provisão para perdas com estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(4.202)	(432)	(5.412)	(2.245)
Reversão/(Constituição)	3.481	(3.770)	3.869	(3.167)
Saldo final	(721)	(4.202)	(1.543)	(5.412)

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

10. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	284.283	278.728	967.295	810.790
IRRF	42.936	19.656	85.568	53.291
PIS e COFINS	25.739	3.804	72.664	44.466
Outros	4.910	4.772	12.893	12.735
Total tributos a recuperar	357.868	306.960	1.138.420	921.282
Tributos a recuperar circulante	144.152	90.061	759.426	651.951
Tributos a recuperar não circulante	213.716	216.899	378.994	269.331

A Companhia possui créditos tributários reconhecidos com base em decisões administrativas e/ou judiciais transitadas em julgado favorável a Companhia, relacionados principalmente a tributos pagos indevidamente ou a maior em exercícios anteriores. O principal tributo objeto das ações judiciais citadas é o ICMS Difal, conforme evidenciado em nota explicativa nº 18.

A companhia vem trabalhando em ações estratégicas para ajudar a monetizar os créditos tributários que são apresentados no balanço. Essas ações perfazem atividades operacionais que ao longo do tempo suportarão o consumo desses créditos.

Seguindo essa estratégia, no período findo em 31 de dezembro de 2025, foram monetizados o montante de R\$30.991, relativos a uma operação de cessão de créditos tributários no âmbito do plano de monetização, sendo o deságio da operação no montante de R\$2.020 registrado na rubrica de “Outras Despesas Operacionais”.

Para a parcela do saldo que não será absorvida pelas operações próprias, a Companhia segue avaliando alternativas para monetização, incluindo a busca ativa por potenciais compradores no mercado, observando os requisitos legais aplicáveis.

Adicionalmente, em função do volume relevante de créditos tributários registrados no ativo, a Companhia avaliou alternativas para sua realização. Com base nessa análise, foi constituída provisão para deságio no montante de R\$24.525, refletindo a estimativa de redução de valor associada à eventual monetização desses créditos tributários.

Diante do cenário operacional e das medidas adotadas, a Administração entende que os créditos registrados são realizáveis e atendem aos critérios de reconhecimento estabelecidos pelas práticas contábeis vigentes no Brasil.

Notas Explicativas

11. INVESTIMENTOS

a) Composição dos investimentos e passivo descoberto

Investida	Percentual de participação		Patrimônio Líquido (negativo)		Ativos Indenizatórios		Mais valia		Ágio (Goodwill)		Total investimentos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prescrita	100%	100%	257.828	261.337	-	-	229	971	8.569	8.569	266.626	270.877
Jaw	100%	100%	390.198	320.021	-	-	301	663	5.207	5.207	395.706	325.891
Grupo Medcom	100%	100%	200.178	190.944	-	-	17.555	32.848	221.274	221.274	439.007	445.066
Atrial	100%	100%	417.644	390.461	-	-	13.725	23.547	328.945	328.945	760.314	742.953
Biohosp	100%	100%	200.955	192.368	-	-	50.763	63.867	68.445	68.445	320.163	324.680
Dupatri	100%	100%	255.437	220.071	-	-	32.347	48.633	23.700	23.700	311.484	292.404
Grupo DRS (*)			-	(11.201)	-	2.017	-	44.690	-	53.329	-	88.835
TLS	95%	95%	(63.863)	(43.318)	-	4.248	8.978	10.290	36.984	36.984	(17.901)	8.204
Descarpack	100%	100%	307.098	265.203	6.272	23.187	216.728	248.496	364.893	364.890	894.991	901.776
Total			<u>1.965.475</u>	<u>1.785.886</u>	<u>6.272</u>	<u>29.452</u>	<u>340.626</u>	<u>474.005</u>	<u>1.058.017</u>	<u>1.111.343</u>	<u>3.370.390</u>	<u>3.400.686</u>

(*) Reclassificado os ativos e passivos disponíveis para venda na posição consolidada do Grupo, conforme divulgado na nota explicativa nº 2.

b) Informações financeiras resumidas

Investida	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Patrimônio Líquido (negativo)		Resultado Líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prescrita	129.393	206.243	168.129	107.556	28.482	43.610	11.212	8.852	257.828	261.337	(2.098)	11.614
Jaw	434.819	527.118	160.047	147.502	153.643	243.622	51.025	110.977	390.198	320.021	3.051	5.287
Grupo CDM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.349)
Grupo Medcom	153.477	183.282	168.456	150.745	100.746	135.500	21.009	7.583	200.178	190.944	4.052	(5.671)
Atrial	434.732	510.241	359.494	335.399	185.042	255.521	191.540	199.658	417.644	390.461	(2.911)	(11.389)
Mostaert	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.876)
Biohosp	259.691	189.460	222.280	203.484	242.738	186.993	38.278	13.583	200.955	192.368	9.510	(4.526)
Dupatri	463.611	385.355	429.473	162.763	583.584	320.020	54.063	8.027	255.437	220.071	23.836	43.769
Grupo DRS (*)	-	142.671	-	-	-	152.381	-	1.491	-	(11.201)	-	(1.853)
TLS	12.181	11.283	19.125	18.675	12.083	16.914	83.086	56.362	(63.863)	(43.318)	(26.110)	(17.803)
Descarpack	362.166	419.548	277.533	90.903	303.755	184.510	28.846	60.738	307.098	265.203	(32.958)	(15.199)
Total	<u>2.250.070</u>	<u>2.575.201</u>	<u>1.804.537</u>	<u>1.217.027</u>	<u>1.610.073</u>	<u>1.539.071</u>	<u>479.059</u>	<u>467.271</u>	<u>1.965.475</u>	<u>1.785.886</u>	<u>(23.628)</u>	<u>(3.996)</u>

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

c) Movimentação dos investimentos e passivo descoberto

	Prescrita	Jaw	Grupo CDM	Grupo Medcom	Atrial	Mostaert	Biohosp	Dupatri	Grupo DRS	TLS	Descarpack	Total
Saldo em 01/01/2024	230.075	291.071	237.358	452.144	725.785	148.162	322.377	203.604	90.673	25.964	895.330	3.622.543
Adição/(Baixa) por incorporação	-	-	(232.009)	-	1.008	(145.286)	-	-	-	-	-	(376.287)
Juros sobre capital próprio	(10.264)	(18.100)	-	(4.619)	-	-	(4.681)	(10.654)	-	-	-	(48.318)
Aumento de capital	39.452	47.633	-	3.212	27.549	-	11.510	55.685	15	43	21.645	206.744
Equivalência patrimonial	11.614	5.287	(5.349)	(5.671)	(11.389)	(2.876)	(4.526)	43.769	(1.853)	(17.803)	(15.199)	(3.996)
Saldo em 31/12/2024	270.877	325.891	-	445.066	742.953	-	324.680	292.404	88.835	8.204	901.776	3.400.686
Adição/(Baixa) por incorporação	-	(1.762)	-	-	20.272	-	-	-	-	-	-	18.510
Baixa por venda de participação societária	-	-	-	-	-	-	-	-	(88.834)	-	-	(88.834)
Juros sobre capital próprio	(1.835)	(3.537)	-	(6.475)	-	-	(14.193)	(5.313)	-	-	(4.206)	(35.559)
Aumento de capital	10.076	72.063	-	1.012	-	-	166	557	-	5	30.378	114.257
Equivalência patrimonial	(2.098)	3.051	-	4.052	(2.911)	-	9.510	23.836	-	(26.110)	(32.958)	(23.628)
Dividendos distribuídos antecipadamente	(10.394)	-	-	(4.648)	-	-	-	-	-	-	-	(15.042)
Saldo em 31/12/2025	266.626	395.706	-	439.007	760.314	-	320.163	311.484	-	(17.901)	894.991	3.370.390
Total do investimento												3.388.291
Total passivo descoberto												17.901

Notas ExplicativasPrincipais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Prescrita”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Prescrita” registrou a integralização de capital no montante de R\$10.076 conforme deliberado na 45ª Ata de Alteração de Capital Social. Adicionalmente, parte do lucro apurado no exercício social de 2024 foi destinada à compensação de dividendos pagos antecipadamente à controladora, no valor de R\$10.394. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão conforme deliberado em Ata de Reunião de Sócios nº 20250430 para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$1.332. Adicionalmente, foi aprovado o provisionamento dos juros sobre o capital próprio referente ao 4º trimestre de 2025 no montante de R\$500, cuja ata formal será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Cirúrgica JAW”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Cirúrgica JAW” registrou integralizações de capital nos montantes de R\$45.912 e R\$26.152, totalizando R\$72.064, conforme deliberado, respectivamente, nas 53ª e 54ª Atas de Alteração de Capital Social. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão conforme deliberado em Ata de Reunião de Sócios para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$3.537, cuja ata formal será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Medcom”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Medcom” registrou integralizações de capital nos montantes de R\$869 e R\$143, totalizando R\$1.012, conforme deliberado, respectivamente, nas 24ª e 25ª Atas de Alteração de Capital Social. Adicionalmente, a 25ª e 27ª Ata de Alteração de Capital Social, parte do lucro apurado no exercício social de 2024 foi destinada à compensação de dividendos pagos antecipadamente à controladora, no valor de R\$4.648. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio conforme deliberado nas atas 25ª e 27ª da Medcom e 27ª da G.B., no montante de R\$6.475, as atas que deliberam o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 serão emitidas e submetidas à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Biohosp”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a controlada “Biohosp” registrou a integralização de capital no montante de R\$166 conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$14.193. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.098, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima assembleia geral extraordinária.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Dupatri”

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025, a controlada “Dupatri” registrou a integralização de capital no montante de R\$557 conforme deliberado na Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$5.313. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.973, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Principais movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido da controlada “Descarpack”

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, a controlada “Descarpack” registrou integralização de capital no montante de R\$30.378 conforme deliberado na 32ª e 33ª Ata de Alteração de Capital Social. Ainda no período, foi aprovada a constituição de provisão para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$4.206. A ata que deliberará o pagamento dos juros sobre o capital próprio do 4º trimestre de 2025 no montante de R\$1.087, essa será emitida e submetida à aprovação na próxima reunião de sócios.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

12. INTANGÍVEL

	Controladora		
	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida			
Direito a uso de <i>software</i>	98.337	(27.922)	70.415
Carteira de clientes	146.293	(117.087)	29.206
Vida útil indefinida			
Ágio incorporado	161.158	-	161.158
	<u>405.788</u>	<u>(145.009)</u>	<u>260.779</u>
			<u>248.093</u>
	Consolidado		
	31/12/2025		31/12/2024
	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Vida útil definida			
Carteira de clientes	929.649	(638.657)	290.993
“Non-competes”	6.753	(6.753)	-
Software e outros intangíveis	172.339	(57.972)	114.366
Vida útil indefinida			
Ágio	1.326.068	-	1.326.068
Marcas e patentes	69.496	-	69.496
	<u>2.504.305</u>	<u>(703.382)</u>	<u>1.800.923</u>
			<u>1.948.261</u>

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	248.093	106.862	1.948.261	2.033.024
Adições				
Softwares e outros intangíveis	14.415	15.797	15.059	17.625
Transferências de projetos em andamento	25.565	28.015	51.580	40.450
Marcas e patentes	-	-	-	66
Contratos de “non-competes”	1.642	95.168	-	-
Ágio (a)	-	73.923	-	-
Amortizações				
Softwares	(15.298)	(6.833)	(18.418)	(16.400)
Carteira de clientes	-	-	(98.016)	(126.037)
Contrato de “non-competes”	(13.638)	(64.839)	-	(467)
Baixa por venda de participação societária	-	-	(97.543)	-
Saldo final	<u>260.779</u>	<u>248.093</u>	<u>1.800.923</u>	<u>1.948.261</u>

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e soma R\$1.326.068 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.359.372 em 31 de dezembro de 2024).

O valor recuperável foi superior ao seu valor contábil, desta forma nenhuma provisão para perdas por “impairment” foi reconhecida em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2025, os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um período de 10 (dez) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas após este período, com crescimento, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para desconto dos fluxos de caixa futuros utilizou-se o WACC de 12,20% a.a., antes dos impostos (em moeda local nominal, incluindo a inflação). As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável da UGC estão definidas a seguir:

Em percentual - a.a.	Consolidado	
	2025	2024
Taxa de desconto	12,24	11,69
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,6	3,6
Taxa de crescimento estimado (média para os próximos dez anos)	13,9	10,3

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante				
Athena Healthcare Holding S.A.	985	454	989	538
HCLOE Hospital de Olhos Ltda.	8	-	276	422
HOB Hospital Oftalmológico de Brasília Ltda.	-	211	416	378
Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A.	1.099	517	1.825	1.298
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	-	30	166	176
Hospital Med Imagem S.A.	477	1.236	1.990	2.301
Humana Assistência Médica Ltda.	784	411	1.766	900
INBOL - Instituto Brasileiro de Olhos Ltda.	-	172	210	224
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	-	116	210	285
Instituto de Olhos Ltda.	5	70	222	349
São Bernardo Apart Hospital S.A.	-	-	3.051	-
Víncula Indústria Com Imp e Exp de Implantes S.A.	1.301	-	3.447	3.114
Vitoria Apart Hospital S.A.	575	1.301	956	2.951
Outros - Contas a Receber	45	415	690	1.100
	<u>5.279</u>	<u>4.933</u>	<u>16.214</u>	<u>14.036</u>
Contas a Receber de Clientes - Controladas				
Agilfarma Medicamentos Ltda	805	1.694	-	-
Grupo Atrial	11.913	8.372	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	109.029	58.521	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	26	4	-	-
Grupo DRS	30	3.219	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	334.023	98.775	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	55.958	73.705	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	16.121	20.056	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	179	5	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	1.187	2.905	-	-
	<u>529.271</u>	<u>267.256</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a receber partes relacionadas - circulante	<u>534.550</u>	<u>272.189</u>	<u>16.214</u>	<u>14.036</u>

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante				
Notas de débitos				
Prescrita Medicamentos Ltda	2.186	2.143	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	627	4.352	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	1.418	4.198	-	-
Agilfarma Medicamentos Ltda	5.439	5.402	-	-
Anbioton Importadora Ltda	468	1.036	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	1.592	2.402	-	-
Grupo DRS	-	8.536	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	33.566	9.357	-	-
Grupo Atrial	49.930	43.696	-	-
Comercial Mostaert Ltda	-	(690)	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	8.301	3.226	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	6.508	2.235	-	-
	<u>110.035</u>	<u>85.893</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Empréstimo de mútuo				
Grupo Atrial	51.430	57.142	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	75.439	53.609	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	2.974	-	-	-
Grupo DRS	-	1.345	-	-
	<u>129.843</u>	<u>112.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outros créditos com partes relacionadas				
San Lorenzo Participações S.A. (g)	26.370	-	26.370	-
	<u>26.370</u>	<u>-</u>	<u>26.370</u>	<u>-</u>
JCP e Dividendos a Receber				
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	6.250	12.333	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	406	4.964	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	933	4.272	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	4.069	1.807	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	924	-	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	2.602	755	-	-
	<u>15.184</u>	<u>24.131</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a receber partes relacionadas - não circulante	<u>281.432</u>	<u>222.120</u>	<u>26.370</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)				
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	45	45.911	-	-
Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda	-	29.791	-	-
Grupo Atrial	-	10	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	5.743	166	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	952	110	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	498	868	-	-
	<u>7.238</u>	<u>76.856</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo não circulante				
Empréstimo de mútuo				
Prescrita Medicamentos Ltda	40.163	5.476	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	7.086	11.340	-	-
Grupo Atrial	43.165	-	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	74.521	86.980	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	121.189	138.819	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	266.086	91.882	-	-
Agilfarma Medicamentos Ltda	17.871	6.734	-	-
Anbion Importadora Ltda	7.379	5.515	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	176.031	42.259	-	-
	<u>753.491</u>	<u>389.005</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento de dividendos recebidos				
Prescrita Medicamentos Ltda	216	10.610	-	-
Grupo Atrial	50.000	50.012	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	3.352	8.000	-	-
	<u>53.568</u>	<u>68.622</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total contas a pagar partes relacionadas	<u>807.059</u>	<u>457.627</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aporte para futuro aumento de capital				
San Pelegrino Participações S.A. (h)	79.710	-	79.710	-
	<u>79.710</u>	<u>-</u>	<u>79.710</u>	<u>-</u>
Resultado				
Receita líquida de vendas (b)				
Agilfarma Medicamentos Ltda	2.338	6.999	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	180.764	140.808	-	-
Grupo CDM	-	2.383	-	-
Grupo DRS	-	476	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	639.410	187.761	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	64.401	103.356	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	51.273	27.933	-	-
Prescrita Medicamentos	290	9.735	-	-
Grupo Atrial	9.229	9.153	-	-
Athena Healthcare Holding S.A.	4.091	-	4.130	-
Centro de Microcirurgia e Diagnostico Ltda.	-	60	-	131
Centro Médico Maranhense Sá	131	119	369	152
Clínica de Oftalmodiagnóstico Ltda.	-	13	-	29
HCLOE Hospital de Olhos Ltda	26	539	641	1.074
HOB Hospital Oftalmológico de Brasília Ltda.	101	551	1.434	999
Hospital Bom Samaritano de Maringá S.A.	2.566	2.067	7.162	4.819
Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem Ltda.	16	108	602	492
Hospital de Olhos Santa Luzia S/S Ltda.	-	171	-	300
Humana Saúde Sul Ltda	2.171	68	5.985	73
INOB - Instituto de Olhos e Microcirurgia de Brasília Ltda.	81	299	785	672
Instituto Brasiliense de Olhos S/C Ltda.	115	821	726	1.083
Instituto de Olhos Ltda.	28	729	1.270	1.433
Jardim de Alah Centro Cirúrgico Ltda.	9	110	310	299

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Oftalmax Hospital de Olhos Ltda.	39	110	468	127
SAMP Espírito Santo Assistência Médica Ltda	959	378	1096	450
São Bernardo Apart Hospital S.A.	912	1	2.163	447
Vitoria Apart Hospital S.A.	2.874	129	9.249	555
Med Imagem S/C	1.398	13	5.268	50
Outros		730		1.439
	<u>963.619</u>	<u>495.174</u>	<u>44.502</u>	<u>14.101</u>
Compras de mercadorias	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Anbion Importadora Ltda	187	1.802	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	4.865	4.918	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	4.362	1.873	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	328	2.917	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	55.177	126.212	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	4.123	1.914	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	193	622	-	-
Grupo Atrial	7.532	9.472	-	-
	<u>76.767</u>	<u>149.730</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo com prestação de serviços				
Gestão e Transformação Consultoria S.A. (c)	(2.481)	(3.278)	(2.481)	(3.278)
Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A. (Fundo IV) (d)	(4)	(8)	(4)	(15)
	<u>(2.485)</u>	<u>(3.286)</u>	<u>(2.485)</u>	<u>(3.293)</u>
Receitas Financeiras (e)				
Grupo Atrial	8.100	5.395	-	-
TLS Logística Distribuição e Transportes Ltda	11.882	5.061	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	468	-	-	-
Grupo DRS	-	127	-	-
	<u>20.450</u>	<u>10.583</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras (f)				
Agilfarma Medicamentos Ltda	(2.393)	(1.553)	-	-
Anbion Importadora Ltda	(988)	-	-	-
Biohosp Produtos Hospitalares S.A.	(16.229)	(12.009)	-	-
Cirúrgica JAW Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda	(949)	(2.430)	-	-
Grupo DRS	-	(521)	-	-
Descarpac Descartáveis do Brasil Ltda	(23.573)	-	-	-
Dupatri Hospitalar Comércio, Importação e Exportação Ltda	(35.633)	(2.829)	-	-
Grupo Atrial	(5.780)	(8.254)	-	-
MEDCOM Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda	(9.980)	(9.808)	-	-
Prescrita Medicamentos Ltda	(5.379)	(2.188)	-	-
	<u>(100.904)</u>	<u>(39.592)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(a) Adiantamentos efetuados para aumento de capital em períodos futuros. Como são empresas controladas pela Elfa, a intenção da Companhia é que os pagamentos ou capitalizações irão ocorrer em período inferior a 12 meses.

(b) Venda de mercadorias efetuadas para as empresas mencionadas com prazos de 60 a 150 dias.

Notas Explicativas

- (c) Serviços de gestão e consultoria realizada nos processos de prospecção de novos negócios com prazos de 60 a 90 dias.
- (d) Locação de máquinas e equipamentos de café utilizadas nas instalações do grupo com prazo de 30 dias.
- (e) Receita de juros em operações de empréstimos de mútuo entre a Elfa e suas controladas, com taxa média de juros de 2,23% a.m. com vencimento em parcela única em 36 meses.
- (f) Despesa com juros em operações de empréstimos de mútuo entre a Elfa e suas controladas, com taxa média de juros de 2,23% a.m. com vencimento em parcela única em 36 meses.
- (g) Adiantamento com partes relacionadas vinculado a futuro resgate de ações preferenciais de Classe B.
- (h) Aporte para futuro aumento de capital recebido do sócio para integralização nos próximos 180 dias.

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas informados na controladora e no consolidado, quando ocorrem entre empresas do Grupo Elfa, são precificados com acordos estabelecidos entre as partes, e quando ocorrem com empresas fora do Grupo Elfa, são precificados com base em condições usualmente aplicáveis a transações entre partes não relacionadas. Nenhum dos saldos possui garantias.

Nenhuma despesa foi reconhecida no ano ou no ano anterior para dívidas incobráveis ou de recuperação duvidosa em relação aos valores devidos por partes relacionadas.

Rateio de despesas compartilhadas

A Companhia participa de acordo de rateio de despesas com partes relacionadas, cujo objetivo é a alocação proporcional de custos e despesas comuns incorridos por uma das empresas do grupo econômico ("empresa centralizadora") em benefício das demais.

O rateio compreende principalmente despesas administrativas, contábeis, financeiras, de tecnologia da informação, recursos humanos e demais serviços corporativos. A base de alocação das despesas é definida de forma objetiva, razoável e consistente, considerando critérios como: número de colaboradores, volume de faturamento, tempo de utilização dos serviços ou qualquer outro parâmetro que reflita adequadamente o consumo dos recursos.

As despesas rateadas não incluem margem de lucro, estando em conformidade com os princípios da razoabilidade, economicidade e proporcionalidade, nos termos da legislação fiscal e societária vigente.

Em 31 de dezembro de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 21, a Companhia reconheceu R\$152.057 (R\$133.685 em 2024) em despesas oriundas desse acordo de rateio, registradas em sua totalidade no resultado do exercício, nos grupos de outros resultados operacionais compatíveis com sua natureza.

Remuneração da Administração

A remuneração fixa e variável (sujeita ao atingimento de metas da Companhia), encargos e demais benefícios compreende ao montante registrado de R\$17.476 em 31 de dezembro de 2025 (R\$15.327 em 2024).

Em 31 de março de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração fixa e variável global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$18.337 (R\$15.327 para exercício de 2024).

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

14. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As operações que a Companhia e suas controladas mantêm com fornecedores nacionais e do exterior são substancialmente representadas por transações de compra de medicamentos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de mercadorias	702.327	691.871	926.023	993.878
Fornecedores de imobilizado	-	-	3	2
Fornecedores de bens de consumo	-	1.485	29	2.124
Serviços prestados a pagar	23.667	14.082	42.156	20.868
Adiantamentos e outras contas a pagar	60.462	150.140	108.579	228.405
Total	786.456	857.578	1.076.790	1.245.277

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS A PAGAR

Modalidade	Taxa Média a.a.	Moeda	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	CDI + 6,97%	Real	2025 a 2031	815.420	737.455	1.123.700	909.705
Debêntures	CDI+ 3,40%	Real	2028 a 2031	696.311	694.500	696.311	694.500
Arrendamentos	IGPM	Real	2025 a 2031	14.152	8.658	42.780	43.217
Total				1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422
Circulante				250.100	247.844	512.207	375.917
Não circulante				1.275.783	1.192.769	1.350.584	1.271.505

Legenda:

CDI - Certificados de Depósitos Interbancário

IGPM - Índice geral de preços a mercado divulgado

Em 18 de abril de 2023, houve a 2ª emissão de debêntures em conexão com a aquisição da Descarpack e o reperfilamento das dívidas, com as seguintes características:

- 700.000 de debêntures simples, no valor total de R\$700.000.
- Não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para Distribuição Pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476.
- O prazo de vencimento anteriormente estabelecido em 6 (seis) anos, contados a partir da data de emissão das Debêntures, foi alterado, após reperfilamento da dívida, para o dia 13 de dezembro de 2031, conforme Fato Relevante divulgado aos Investidores em 7 de novembro de 2025.
- Taxa de juros de CDI +3,40% a.a., com pagamento pós-reperfilamento, em parcelas mensais, a partir de 13 de janeiro de 2028.

Em outubro de 2025, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas que aprovou alterações nas condições das debêntures emitidas pela Companhia, conforme descrito a seguir:

- “Covenant” financeiro: concessão de “waiver” para o índice de alavancagem, alterando o limite originalmente estabelecido de 3,0x para 4,5x no exercício de 2025, 3x no exercício de 2026 e 2,5x para 2027 em diante.
- Cronograma de amortização: estabelecimento de carência de 2 (dois) anos, com amortização de 25% ao ano a partir de 2028.

Notas Explicativas

Como condição de reperfilamento: as alterações acima estão condicionadas à realização de aumento de capital e/ou aporte financeiro na Companhia, no montante total entre US\$70 milhões e US\$100 milhões, a ser efetivado até 31 de março de 2026.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Companhia e de suas subsidiárias decorrentes da emissão de duplicatas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos e derivativos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.431.955	1.584.541	1.604.205	1.721.955
Captações	920.959	313.594	1.865.180	677.430
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	294.995	247.985	356.824	283.228
Efeito líquido de operações descontinuadas	-	-	-	(28.609)
Pagamento de principal	(865.934)	(447.506)	(1.701.558)	(754.473)
Pagamento de juros	(270.244)	(266.659)	(304.640)	(295.326)
Total empréstimos e financiamentos	1.511.731	1.431.955	1.820.011	1.604.205
Arrendamentos a pagar	14.152	8.658	42.780	43.217
Total capital de giro	1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de amortização das parcelas de empréstimos e financiamento de longo prazo estão conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2026	-	302.934	-	330.622
2027	54.886	380.369	61.166	403.448
2028	335.287	509.466	350.800	537.435
2029 em diante	885.610	-	938.618	-
Total	1.275.783	1.192.769	1.350.584	1.271.505

A movimentação dos arrendamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	8.658	11.695	43.217	60.956
Adições	16.271	4.511	40.886	25.445
Baixas	(3.701)	(660)	(13.330)	(10.901)
Pagamento passivo de arrendamento	(10.548)	(10.703)	(39.775)	(41.278)
Apropriação de juros	3.472	3.815	11.782	12.811
Efeito líquido das operações descontinuadas	-	-	-	(3.816)
Total de arrendamentos a pagar	14.152	8.658	42.780	43.217

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma de amortização de arrendamentos está apresentado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	6.758	-	27.011
2026	9.393	4.033	29.256	15.776
2027	3.677	944	11.257	5.962
2028	1.882	-	5.311	-
2029 em diante	1.426	-	2.802	-
	16.378	11.735	48.626	48.749
Juros embutidos	(2.226)	(3.077)	(5.846)	(5.532)
	14.152	8.658	42.780	43.217

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Os respectivos valores estão registrados na conta de passivo de arrendamento e o saldo será amortizado pelos pagamentos mensais descontados a valor presente por uma taxa média de 13,83% a.a. (12,90% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Crédito Potencial de PIS e COFINS sobre Contraprestações de Arrendamento Mercantil

Em atendimento às disposições do CPC 06 (R2) — Arrendamento Mercantil e às orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia apresenta os efeitos potenciais relacionados ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos futuros de contratos de arrendamento mercantil.

Considerando que a maior parte dos contratos de arrendamento foi firmada com pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa, a Administração entende que há expectativa de realização de créditos tributários relacionados às contraprestações pactuadas.

A seguir, são demonstrados os valores nominais e presentes das contraprestações futuras, bem como o valor potencial de créditos de PIS e COFINS, calculados com base na alíquota total de 9,25%, conforme exigido para divulgação em notas explicativas:

	Controladora		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar				
Contraprestação do arrendamento	16.378	14.152	48.626	42.780
PIS/Cofins potencial (9,25%)	1.515	1.309	4.353	3.820

A efetiva apropriação dos créditos ocorrerá conforme o pagamento das contraprestações e o cumprimento dos demais requisitos legais para sua utilização.

a) Garantias

A Companhia tem R\$675.826 em duplicatas de clientes dadas em garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2025 (R\$604.398 em 31 de dezembro de 2024).

b) Obrigações decorrentes de compras de mercadorias e serviços

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia firmou contratos com Bancos que possibilitam que seus fornecedores recebam de forma antecipada títulos emitidos pela venda de mercadoria a Companhia. Na referida operação, os fornecedores transferem a titularidade e o direito pelo recebimento destes títulos aos Bancos. Os bancos, por sua vez, passam a ser detentores desses títulos. Os valores e prazos originalmente acordados são mantidos, sem direito de regresso, considerando uma taxa média de 2,09% a.m. e prazo médio de pagamento pela Companhia aos Bancos de 77 dias. Para a data de 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui R\$62.281 (R\$12.301 em 2024) nessa modalidade classificados na linha de empréstimos e financiamentos conforme prática descrita abaixo.

Os títulos a pagar relacionados a essas operações são reclassificados das rubricas de fornecedores e outras contas a pagar para rubrica de empréstimos, financiamentos e arrendamentos a pagar, onde permanecem até a liquidação.

Notas Explicativas**16. TRIBUTOS A RECOLHER**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	27.240	55.875	45.644	79.517
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	43.428	24.337	66.262	38.016
Imposto de renda e contribuição social - IRPJ e CSLL	287	1.620	46.535	35.257
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	825	2.617	34.935	16.934
Programa de integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS	3.108	5.601	5.991	7.171
Outros	34	17	2.825	2.465
	<u>74.922</u>	<u>90.067</u>	<u>202.192</u>	<u>179.360</u>
Tributos a recolher circulante	73.264	88.872	195.180	172.368
Tributos a recolher não circulante	1.658	1.195	7.012	6.992

17. CONTAS A PAGAR PELA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

Contas a pagar pela aquisição de investimento refere-se a parcelas a pagar a ex-acionistas das empresas adquiridas pelo Grupo, estes valores são corrigidos conforme definido em cada contrato e o pagamento ocorrerá no fluxo de até 6 anos após a data de cada aquisição. Estas parcelas também funcionam como retenção e garantia de eventuais contingências do período pré-aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compromissos com aquisições de investimentos	37.142	92.339	37.142	92.339
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	135.024	127.663	176.503	186.783
Total	<u>172.166</u>	<u>220.002</u>	<u>213.645</u>	<u>279.122</u>
Contas a pagar pela aquisição - circulante	108.540	120.066	133.684	141.602
Contas a pagar pela aquisição - não circulante	63.626	99.936	79.961	137.520

Os valores apresentados como “compromissos com aquisições de investimentos” referem-se a compromissos que geraram obrigações futuras que podem se materializar ou não, integralmente ou parcialmente, decorrente de medições de performance ou exercício de opções de venda de acordo com o previsto nos contratos de aquisição.

As movimentações das obrigações estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	220.002	291.536	279.122	373.028
Ajuste parcela de aquisições por arbitragem (a)	-	-	(14.530)	-
Baixa por capitalização de dívida (b)	-	(1.785)	-	(1.785)
Juros incorridos	20.130	11.658	23.884	17.237
Pagamento de parcelas	(67.966)	(81.407)	(74.831)	(109.358)
Saldo final	<u>172.166</u>	<u>220.002</u>	<u>213.645</u>	<u>279.122</u>

- (a) A Companhia e uma das controladas instauraram procedimentos arbitrais para discussão sobre indenização em razão de descumprimento de Contrato de Compra e Venda de Quotas pela contraparte. A Companhia obteve decisão favorável aos seus pleitos efetuando o abatimento sobre as parcelas remanescentes a pagar aos antigos sócios.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

- (b) Ex-sócios da investida Biohosp Produtos Hospitalares S.A. ("Biohosp") realizaram um aporte de R\$1.785 correspondentes a 186.048 ações preferenciais classe B mediante capitalização de contas a pagar pela aquisição de investimentos.

Os contratos possuem negociação individual quanto aos critérios de atualização e encargos financeiros, contudo, em sua grande maioria, a atualização ocorre com base no CDI (Certificado de Depósito Interbancário), além de eventuais encargos moratórios em caso de inadimplemento, apurados "pro rata die".

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma do saldo de contas a pagar com aquisições de investimentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	78.484	-	100.020
2026	71.398	21.422	96.542	35.758
2027	49.901	27.757	66.236	51.005
2028 em diante	13.725	-	13.725	-
	<u>135.024</u>	<u>127.663</u>	<u>176.503</u>	<u>186.783</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o cronograma do saldo de compromissos com aquisições de investimentos:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	41.582
2026	37.142	50.757
	<u>37.142</u>	<u>92.339</u>

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVO INDENIZATÓRIO E DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Grupo está exposto a contingências de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas decorrentes do curso normal de suas operações. A política de provisão adotada pelo Grupo leva em consideração as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável, é realizado o provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação do próprio Grupo, amparada na opinião de seus assessores legais.

O Grupo possui processos e contingências oriundos, no todo ou em parte, de períodos anteriores à aquisição pelo Grupo, que são de responsabilidade dos antigos sócios, de acordo com os contratos de compra e venda. Por este motivo, o Grupo reconhece a provisão pelo valor justo dos passivos contingentes, bem como os ativos a receber dos antigos acionistas por estes processos e contingências apresentados na rubrica de "Ativo indenizatório". Não houve efeito de caixa nesta transação.

A composição da provisão para contingências e dos direitos de reembolso, segundo sua natureza, são apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	2.571	2.190	4.005	4.328
Trabalhistas (b)	1.008	1.322	22.184	55.024
Tributárias (c)	13.906	2.218	14.507	66.189
Total da provisão para contingências	<u>17.485</u>	<u>5.730</u>	<u>40.696</u>	<u>125.541</u>
Ativo indenizatório (d)	12.530	5.494	27.670	122.505

- (a) Os passivos cíveis classificadas como prováveis são decorrentes de ações indenizatórias, em regra, com baixo valor envolvido, e de responsabilidade majoritária dos antigos sócios.

Notas Explicativas

- (b) Os passivos trabalhistas classificados como prováveis são compostos por reclamações trabalhistas atualmente em discussão judicial e passivos contingentes derivados de combinações de negócios. As reclamações são majoritariamente referentes a pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício, formulado por representantes comerciais, bem como uma ação em que se discute diferenças de comissões.
- (c) Os passivos tributários classificados como prováveis são compostos substancialmente acerca da aplicação do ICMS oriundas de combinações de negócios.
- (d) Estes saldos possuem como principal garantia as contas a pagar para antigos acionistas descrito na nota explicativa nº 17.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada abaixo:

	Controladora				Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2024	2.190	1.322	2.218	5.730	4.328	55.024	66.188	125.540
Adições	546	717	12.227	13.490	2.151	6.271	12.581	21.003
Reversões	(99)	(934)	(491)	(1.524)	(345)	(1.256)	(1.328)	(2.929)
Pagamentos	(66)	(97)	(48)	(211)	(112)	(684)	(466)	(1.262)
Baixa de contingências não materializadas	-	-	-	-	(2.017)	(37.171)	(62.468)	(101.656)
Saldo em 31/12/2025	2.571	1.008	13.906	17.485	4.005	22.184	14.507	40.696

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas possuíam Processos Judiciais no polo passivo com risco de perda avaliados como possível no montante de R\$155.002 (R\$159.823 em 2024), dos quais R\$52.714 (R\$73.079 em 2024) são de responsabilidade dos antigos sócios controladores. Dentre os casos classificados com risco de perda possível e, portanto, não sujeitas a provisão, se destacam:

- A Companhia e suas Controladas figuram em 65 execuções fiscais (68 em 2024 com prognóstico de perda possível, cujo valor envolvido total perfaz a quantia de R\$59.184 (R\$58.925 em 2024) sendo que R\$3.419 (R\$15.252 em 2024) são indenizáveis pela antiga gestão.
- Reclamações trabalhistas que discutem diferenças de comissões devidas em razão da venda de produtos, bem como reconhecimento de vínculo trabalhista, somam o montante atualizado de R\$4.648 (R\$5.980 em 2024), sendo de responsabilidade da antiga gestão o valor de R\$326 (R\$3.239 em 2024).
- A Controlada Comercial Commed Produtos Hospitalares Ltda. figura no polo passivo de 73 ações judiciais (82 em 2024) envolvendo o dispositivo médico “Essure”, todas de responsabilidade da antiga gestão e, portanto, também passíveis de serem indenizados pela respectiva parte, sendo que 63 processos (71 processos em 2024) possuem prognóstico de perda possível, cujo valor envolvido perfaz R\$29.655 (R\$33.739 em 2024).

A Companhia e/ou suas controladas são partes de quatro arbitragens, todas com risco de perda possível:

- A Companhia e uma das controladas instauraram dois procedimentos arbitrais para discussão sobre indenização em razão de descumprimento de Contrato de Compra e Venda de Quotas pela contraparte. Em um dos procedimentos arbitrais, as partes celebraram acordo relativo às obrigações discutidas, restando suspenso o procedimento até o cumprimento integral do acordo (pedido contraposto no valor de R\$38.400). Na segunda arbitragem, a Companhia obteve decisão favorável aos seus pleitos no valor total de R\$15.300.
- Há outros dois procedimentos arbitrais instituídos por antigos sócios controladores de duas das investidas para discussão de ajuste de preço, ambas com risco de perda possível, e cujos valores envolvidos pleiteados em desfavor da Companhia/suas controladas somam R\$12.000 e R\$17.621, respectivamente.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

ICMS-DIFAL

Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) proferiu decisão sobre a constitucionalidade da Lei Complementar nº 190/22, no âmbito da discussão acerca da necessidade ou não de observância da anterioridade nonagesimal e anual na instituição do ICMS-DIFAL (ADIs 7066, 7078 e 7070). No julgamento, o STF entendeu que o ICMS-DIFAL é devido a partir 5 de abril de 2023, em função do lapso de noventa dias entre a promulgação da lei e o início da cobrança.

Após o acórdão do julgamento divulgado pelo STF, foi solicitado esclarecimentos pelos contribuintes através de embargos de declaração que ainda não foi julgado até essa data pelo STF.

Ademais, foi pautado em outubro de 2025 em sede de repercussão geral o tema 1.266 para que houvesse nova votação do tema. A votação foi finalizada a favor dos estados, porém com modulação de efeitos proposta pelos ministros que resguardaram as empresas que tinham ação judicial a época do tema.

O acórdão foi publicado em 22 de outubro 2025 em sede de Recurso Extraordinário 1.426.271 Ceará.

Com decisão publicada, a Companhia procedeu com a reversão dos valores referente aos Estados com Lei referente ao período de abril a dezembro de 2022, no montante de R\$18.856. Atualmente, a Empresa aguarda o trânsito em julgado da decisão.

A Companhia ainda mantém discussões judiciais acerca da cobrança do ICMS-Difal e adotou como prática contábil o provisionamento mensal dos valores e recolhimento em juízo dos mesmos, com a exceção de provisionamento mensal para os estados que apresentam vícios em sua Lei Ordinária, que regulamenta a Lei Complementar nº 190/22, onde foram avaliados por consultores jurídicos externos considerando prognóstico de êxito mais provável do que não para a Companhia até a data de publicação destas demonstrações financeiras consolidadas.

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam um total de R\$324.067 (R\$259.928 em 2024) referentes a depósitos judiciais, principalmente relacionados à discussão acima sobre os estados que apresentam vícios em sua Lei Ordinária, que regulamenta a Lei Complementar nº 190/22.

A Companhia e suas controladas discutem o tema por meio de Mandados de Segurança e realiza, desde julho de 2020, depósitos judiciais de valores relativos ao DIFAL.

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	189.827	127.548	259.928	182.338
Novos depósitos	32.494	63.786	65.293	90.573
Baixas e reversões (a)	(75)	(1.507)	(1.154)	(12.034)
Efeito líquido das operações descontinuadas	-	-	-	(949)
Saldo final	222.246	189.827	324.067	259.928

(a) Os montantes apresentados na linha de “baixas e reversões” referem-se a baixa por perda ou reversões por decisão judicial favorável a Companhia.

Elfa Medicamentos S.A.

Notas Explicativas

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado era de R\$1.406.249 (R\$1.406.249 em 31 de dezembro de 2024) representado por 524.376.252 (quinhentas e vinte e quatro milhões, trezentas e setenta e seis mil, duzentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, 64.914.392 (sessenta e quatro milhões, novecentas e catorze mil, trezentas e noventa e duas) ações preferenciais de Classe A e 25.979.463 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, quatrocentas e sessenta e três) ações preferenciais de Classe B (524.376.252 ações ordinárias, 64.914.392 ações preferenciais de Classe A e 27.867.693 ações preferenciais de Classe B em 31 de dezembro de 2024).

Abaixo o quadro com os principais acionistas da Companhia representados em quantidade de ações:

	31/12/2025	31/12/2024
Acionistas/Tesouraria		
Brazilian Private Equity IV - FIP	314.141.499	314.141.499
Brazilian Private Equity V - FIP	103.274.141	103.274.141
Pessoas Físicas	75.723.586	75.723.586
Stepstone K IV SPV	24.277.244	24.277.244
Stepstone TS Opportunities Fund	551.756	551.756
San Pelegrino Participações S.A.	64.601.802	64.601.802
San Lorenzo Participações S.A. (i)	25.793.415	27.681.645
Diretoria C-Level	1.256.401	1.256.401
Tesouraria	5.650.263	5.650.263
	<u>615.270.107</u>	<u>617.158.337</u>

(i) Resgate de ações preferenciais de Classe B

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada 19 de dezembro de 2025, foi aprovado o resgate parcial e proporcional de 1.888.230 ações preferenciais Classe B de emissão da Companhia (equivalente ao montante de R\$24.706), com o consequente cancelamento dessas ações, sem redução do capital social, nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações. O resgate será realizado mediante a utilização de parcela da reserva de capital da Companhia, observados os prazos, termos e condições aprovados na referida Assembleia.

b) Reserva legal

Conforme Estatuto Social, do lucro líquido do exercício serão destinados 5% para constituição da reserva legal de que trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até que esta atinja 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a totalidade do saldo da reserva legal foi absorvida em decorrência do prejuízo apurado no período, após a utilização integral das demais reservas de lucros.

c) Reserva de lucros

Representa a parcela destinada do lucro, após constituição da reserva legal e destinação das reservas de incentivo fiscal e dividendo mínimo obrigatório, que deverá ser deliberada de forma definitiva através de ato societário durante a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não dispunha de reserva de lucros para consumir os prejuízos apurados no exercício (R\$128.034 em 2024), sendo o prejuízo absorvido pelas demais reservas.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

d) Reserva de incentivos fiscais

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não constituiu reserva de incentivo fiscal, em razão das alterações introduzidas pela Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973, vedando a exclusão das subvenções da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

A Companhia e suas controladas ainda se beneficiam de regimes especiais de tributação do ICMS reconhecidos pelos respectivos Estados e validados pelo CONFAZ, bem como da possibilidade de recolhimento do referido tributo em regime diferenciado como substituto tributário.

De acordo com a avaliação de consultores externos e prognóstico de êxito mais provável do que não para a Companhia e suas controladas, o ganho relacionado a essas subvenções não foi deduzido para fins de apuração de IR e CSLL (conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado do exercício consumiu na totalidade o saldo da reserva de incentivos fiscais no montante de R\$191.646, sendo o prejuízo remanescente consumido nos montantes de R\$14.790 (R\$5.365 em 2024) absorvidos a conta de reserva legal e de R\$105.272 absorvidos a conta de reserva de capital.

e) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total constituído acerca da reserva de capital foi de R\$1.396.131 (R\$1.513.966 em 2024), as movimentações que ocorreram no exercício estão apresentadas abaixo:

- (i) O montante de R\$24.706 equivalentes ao resgate das ações preferenciais de classe B da San Lorenzo Participações S.A.
- (ii) O montante de R\$12.015 referente resultado decorrente das incorporações de subsidiárias durante o exercício.
- (iii) O montante de R\$14.757 (R\$10.780 em 2024) revertidos (registrados) a título de remuneração baseada em ações conforme descrito na nota explicativa nº 26.

f) Distribuição de lucros e pagamento de dividendos adicionais

A destinação dos lucros da Companhia, conforme o seu Estatuto Social, será:

- (a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 193 da Lei das S.A.
- (b) Uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.
- (c) Poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório
- (d) No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (f) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.

Notas Explicativas

- (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia.
- (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Venda de mercadorias - clientes privados	2.386.701	2.217.665	4.452.137	5.064.358
Venda de mercadorias - clientes públicos	172.630	457.161	341.378	977.788
Receita bruta total	2.559.331	2.674.826	4.793.515	6.042.146
Deduções da receita bruta				
Devolução de vendas - clientes privados	(34.527)	(46.684)	(110.528)	(147.061)
Devolução de vendas - clientes públicos	(7.437)	(8.645)	(12.099)	(30.385)
Descontos concedidos	(765)	(1.132)	(1.822)	(4.413)
Impostos sobre vendas (a)	(95.508)	(132.868)	(110.528)	(295.026)
Total de deduções da receita	(138.237)	(189.329)	(234.977)	(476.885)
Receita operacional líquida	2.421.094	2.485.497	4.558.538	5.565.261

- (a) Durante o exercício, a Companhia reconheceu créditos relativos a tributos sobre vendas, onde destacam-se os valores relacionados ao ICMS-DIFAL, cujo pagamento entendemos ser recuperável, baseado em decisões judiciais e entendimentos recentes. Foram registrados na rubrica de impostos incidentes sobre a receita, o montante de R\$277.567 (R\$240.706 em 2024) relativos a créditos de ICMS.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada na transação com cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente, que é o momento em que a obrigação de performance junto aos clientes é cumprida.

As faturas emitidas devem ser pagas, normalmente, de acordo com o prazo de vencimento de 30 dias. Não são oferecidos descontos adicionais ao valor da nota, devoluções somente são aceitas quando comprovado o defeito ou erro na entrega do produto. O percentual de devolução do setor é considerado baixo.

21. CUSTOS E DESPESAS POR FUNÇÃO E NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por função				
Custo das mercadorias vendidas	(2.153.841)	(2.201.350)	(3.741.521)	(4.663.274)
Comerciais	(118.006)	(122.791)	(252.544)	(284.845)
Gerais e administrativas	(180.138)	(172.358)	(435.232)	(449.175)
Ganho/(perdas) por redução ao valor recuperável	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045
Outras receitas (a)	158.611	133.508	41.454	17.711
Outras despesas	(35.666)	(4.340)	(55.414)	(6.696)
	(2.334.677)	(2.364.777)	(4.450.043)	(5.384.234)

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Por natureza				
Custo de revenda de mercadorias	(2.153.841)	(2.201.350)	(3.741.521)	(4.663.274)
Salários e encargos sociais	(149.838)	(143.418)	(275.809)	(287.659)
Remuneração baseada em ações	14.757	(10.780)	14.757	(10.780)
Comissões sobre vendas	(91)	-	(9.886)	(8.727)
Frete, fretes e embalagens	(18.841)	(21.127)	(53.972)	(70.400)
Amortização e depreciação	(40.663)	(17.031)	(179.853)	(173.839)
Condomínios e outros gastos de ocupação	(5.944)	(7.343)	(10.030)	(12.373)
Serviços prestados - Pessoa jurídica	(38.555)	(44.581)	(61.150)	(70.610)
Ganho/(perdas) por redução ao valor recuperável	(5.637)	2.554	(6.786)	2.045
Viagens e hospedagem	(5.654)	(6.411)	(7.900)	(8.779)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(900)	(975)	(4.014)	(2.670)
Outras receitas (a)	158.611	133.509	41.454	17.711
Outras despesas (b)	(88.081)	(47.824)	(155.333)	(94.879)
	<u>(2.334.677)</u>	<u>(2.364.777)</u>	<u>(4.450.043)</u>	<u>(5.384.234)</u>

(a) Os montantes registrados na rubrica de outras receitas referem-se principalmente, ao rateio de despesas compartilhadas com a controladora e suas controladas.

(b) Os montantes registrados na rubrica de outras despesas referem-se principalmente a gastos com viagens e hospedagens, prestação de serviços de consultoria, softwares & clouds.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(294.995)	(247.985)	(356.824)	(283.228)
Juros sobre parcelas de aquisições de investimentos	(23.602)	(15.473)	(34.888)	(30.048)
Marcação a mercado dos contratos de energia	-	-	(7.264)	-
Outras despesas financeiras (a)	<u>(176.905)</u>	<u>(104.459)</u>	<u>(164.489)</u>	<u>(119.993)</u>
	<u>(495.502)</u>	<u>(367.917)</u>	<u>(563.465)</u>	<u>(433.269)</u>
Receitas financeiras				
Juros ativos	1.697	2.068	43.407	8.214
Rendimento aplicação financeira	11.958	2.114	11.909	2.908
Outras receitas financeiras	<u>20.451</u>	<u>10.583</u>	<u>493</u>	<u>60</u>
	<u>34.106</u>	<u>14.765</u>	<u>55.809</u>	<u>11.182</u>
Resultado financeiro	<u>(461.396)</u>	<u>(353.152)</u>	<u>(507.656)</u>	<u>(422.087)</u>

(a) O aumento da rubrica de outras despesas financeiras no período refere-se principalmente a despesas bancárias, juros e multas de fornecedores e juros de mútuos.

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Com base no julgamento do STJ, Tema Repetitivo 1.182, ficou definido que os benefícios de ICMS poderão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, visto que para o crédito presumido não há a necessidade de constituição da reserva de investimentos no Patrimônio Líquido, enquanto para isenção, redução e diferimento há a necessidade de cumprir os requisitos previstos no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014.

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Lei nº 14.789, que revogou o artigo 30 da Lei nº 12.973, vedando a exclusão das subvenções da base de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social.

Notas Explicativas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram das referidas subvenções do ICMS para fins de exclusão da base de cálculo do Imposto de renda e contribuição social, em conformidade com a Lei nº 14.789 citada anteriormente.

A Companhia e suas controladas ingressaram com Mandados de Segurança relacionados ao tema e de acordo com a avaliação de consultores jurídicos externos, o prognóstico de êxito é favorável. Desta forma, estamos aguardando o trânsito em julgado para procedermos com o usufruto do benefício fiscal.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Corrente:				
Imposto de renda pessoa jurídica	-	-	(27.574)	(34.915)
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	-	(9.926)	(12.570)
	-	-	(37.500)	(47.485)
Diferido:				
Imposto de renda pessoa jurídica	(138.843)	75.757	(110.790)	113.618
Contribuição social sobre o lucro líquido	(49.984)	27.272	(39.884)	40.902
	(188.827)	103.029	(150.674)	154.520

Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro apresentados na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes de imposto de renda e da contribuição social	(398.606)	(236.428)	(399.159)	(241.060)
Alíquota combinada legal	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Efeito líquido de créditos de IRPJ/CSLL correntes e diferidos às alíquotas da legislação	135.526	80.386	135.714	81.960
Ajustes ao lucro líquido que afetam o lucro fiscal:				
Equivalência patrimonial	(8.033)	(1.359)	-	-
Subvenção para investimentos	-	34.371	-	43.137
Despesas indedutíveis	(2.312)	(2.008)	(3.192)	(2.472)
Impostos diferidos - PF utilizado autorregularização (*)	-	481	-	11.602
Regularização de impostos diferidos e baixas por falta de expectativa de realização de parte do saldo do imposto de renda diferido ativo (a)	(298.135)	6.259	(309.150)	(13.035)
Juros sobre capital próprio	(14.248)	(14.241)	(1.440)	-
Outras adições e exclusões, líquidas	(1.625)	(860)	(10.106)	(14.157)
Adições e exclusões, líquidas	(324.353)	22.643	(323.888)	25.075
Total da (despesa) creditado registrado no resultado	(188.827)	103.029	(188.174)	107.035
Alíquota efetiva %	47%	44%	47%	44%

(*) A autorregularização é o parcelamento da Receita Federal Brasileira aderido pela Companhia dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, instituído pela Lei nº 14.740/2023. Para fins de apresentação na nota explicativa foi demonstrado a parcela do prejuízo fiscal utilizado no período para liquidar 50% dos débitos em aberto, conforme constituído em lei.

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceram créditos tributários diferidos sobre diferenças temporárias e saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

As bases de cálculo para impostos ativos, líquidos, têm a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos:				
Provisão para redução de valor recuperável de				
contas a receber	11.781	6.610	22.450	22.440
Provisão de perdas com estoques	-	1.429	-	1.886
Provisões diversas	22.751	19.406	54.940	29.436
Mais valia indedutível	43.986	39.007	214.654	189.962
Outros	-	34.371	-	34.371
Ágio	(39.163)	(24.432)	(43.534)	(26.625)
Remuneração baseada em ações	17.546	24.134	17.546	24.134
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	181.849	321.915	269.630	410.645
	<u>238.750</u>	<u>422.440</u>	<u>535.686</u>	<u>686.249</u>

(a) Teste de recuperabilidade dos impostos diferidos

Os impostos diferidos foram submetidos em 31 de dezembro de 2025 a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 (R1). O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e no plano de negócios apresentados aos seus controladores. O orçamento e o plano de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços no segmento de medicamentos e equipamentos médicos. As principais premissas adotadas para projeção do EBTIDA foram as mesmas divulgadas na nota explicativa nº 12.

Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de juros, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável.

Além das premissas acima também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao imposto de renda e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024 e cronograma de incorporação das investidas.

A administração efetuou a análise por empresa e verificou, no consolidado, a possibilidade de utilização do saldo total de impostos diferidos no prazo projetado. Como resultado dessa análise, foi reconhecida provisão para recuperação desses ativos fiscais diferidos no montante de R\$257.530 sem efeito caixa.

A Administração continuará revisando periodicamente as premissas utilizadas na mensuração desses ativos, podendo reconhecer novos ativos fiscais diferidos à medida que existem evidências adicionais que suportem sua realização.

24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo do prejuízo por ação para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está demonstrado a seguir, o lucro básico e diluído são iguais devido aos prejuízos apurados em ambos os exercícios.

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(587.335)	(134.025)
Quantidade de ações	615.270	617.158
Prejuízo por ação - básico - R\$	<u>(0,955)</u>	<u>(0,217)</u>

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As informações relacionadas aos instrumentos financeiros do Grupo e suas respectivas análises estão relacionadas nos itens abaixo:

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e suas classificações. Os valores contábeis desses instrumentos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores justos.

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	120.653	279.821	180.485	365.516
Contas a receber	(i)	821.099	627.100	1.022.250	1.039.726
Contas a receber de partes relacionadas	(i)	281.432	222.120	26.370	-
		1.223.184	1.129.041	1.229.105	1.405.242
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	(iii)	786.456	857.578	1.076.790	1.245.277
Empréstimos e financiamentos	(iii)	1.525.883	1.440.613	1.862.791	1.647.422
Instrumentos financeiros	(ii)	-	-	7.264	-
Compromissos com aquisições de investimentos	(iii)	37.142	92.339	37.142	92.339
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	(iii)	135.024	127.663	176.503	186.783
Contas a pagar a partes relacionadas	(iii)	807.059	457.627	-	-
		3.291.564	2.975.820	3.160.490	3.171.821

Classificação:

- (i) Ativos ao custo amortizado.
- (ii) Ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- (iii) Passivos ao custo amortizado.

Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.
- Risco de mercado.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração do Grupo tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado estão divulgadas na nota explicativa nº 8.

Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria na qual o cliente opera.

A Administração estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de *ratings* externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados anualmente.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo de pagamento médio de 1 e 4 meses para clientes dos setores público e privado, respectivamente.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, sua área geográfica, indústria, histórico de negociação com o Grupo e existência de dificuldades financeiras no passado.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis e não se utiliza de garantias para não constituição de provisão para perdas.

O Grupo não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 quaisquer clientes representando individualmente mais de 5% (cinco por cento) do saldo de contas a receber.

Avaliação de perda esperada de crédito para clientes corporativos

Uma expectativa de perda de crédito esperada é calculada para cada tipo de cliente (público ou privado) com base nas características observadas historicamente e condição de inadimplemento de perda de crédito. Especificamente, a provisão para redução ao valor de realização das contas a receber foi constituída de acordo com o julgamento da Administração da Companhia e através de políticas internas para análise crédito, considerando o histórico de perdas dos últimos cinco anos ajustados para refletir as condições econômicas atuais e esperadas, bem como outros fatores de determinação de risco de crédito para cálculo de perdas esperadas, incluindo análise individual das duplicatas em aberto. A pulverização da carteira de clientes e sua dispersão geográfica reduzem significativamente o risco.

Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo detinha saldo consolidado de “Caixa e equivalentes de caixa” de R\$180.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$365.516 em 2024). “Caixa e equivalentes de caixa” são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* classificado pela Fitch entre AA- e AA+, baseado nas principais agências de *rating* e, portanto, consideradas com baixo risco de crédito.

Notas Explicativas

O Grupo contrata os instrumentos financeiros derivativos com instituições financeiras do mesmo rating.

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado ao cumprimento das obrigações associadas com passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa e/ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é garantir, que sempre haverá liquidez suficiente para cumprir com as obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu “Caixa e equivalentes de caixa” e outros investimentos com mercado ativo em montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto “Fornecedores”) para os próximos 60 dias e monitora o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes e outros recebíveis” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas a “Fornecedores e outras contas a pagar”.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações contábeis. Esses valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2024

	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Total	1 - 12 meses	1 a 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	1.604.205	3.165.638	1.283.776	941.751	940.110	-
Arrendamento	43.217	113.838	23.561	45.229	45.048	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.245.277	1.245.277	1.245.277	-	-	-
Contas a pagar e Compromissos pela aquisição de investimentos	279.122	554.891	268.197	143.056	143.638	-
	<u>3.171.821</u>	<u>5.079.644</u>	<u>2.820.811</u>	<u>1.130.037</u>	<u>1.128.795</u>	<u>-</u>

31 de dezembro de 2025

	Consolidado					Mais que 5 anos
	Valor contábil	Total	1 - 12 meses	1 a 2 anos	2 - 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					1.836.65	
Empréstimos e financiamentos	1.820.011	6.066.786	2.359.541	1.870.595	1	-
Arrendamento	42.780	109.871	25.725	42.153	41.992	-
Fornecedores e outras contas a pagar	1.076.790	1.076.790	1.076.790	-	-	-
Instrumentos financeiros	7.264	8.313	4.475	2.302	1.536	-
Contas a pagar e Compromissos pela aquisição de investimentos	213.645	434.187	232.398	100.513	101.276	-
	<u>3.160.490</u>	<u>7.695.947</u>	<u>3.698.929</u>	<u>2.015.563</u>	<u>1.981.455</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio e taxas de juros — afetarem os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

Risco cambial

O Grupo não está exposto materialmente ao risco cambial desta forma, optou por não apresentar o quadro de análise de sensibilidade da taxa de câmbio.

O risco cambial é decorrente de operações comerciais futuras e atuais, geradas principalmente pela importação de mercadorias denominadas em dólar norte-americano. Todos os empréstimos contratados pelo Grupo em moeda estrangeira estão protegidos através de contratos de derivativos que mitigam a exposição do Grupo à variação cambial. O Grupo não possui contabilidade de cobertura ("hedge accounting").

Risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração, está apresentado abaixo em valores nominais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos com taxa de juros pós-fixada		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	180.485	365.516
Contas a pagar pela aquisição de investimentos	(176.503)	(186.783)
Empréstimos e financiamentos	(1.862.791)	(1.647.422)
Exposição líquida	(1.858.809)	(1.468.689)

Análise de sensibilidade para instrumentos com taxa de juros e câmbio

O Grupo possui ativos ou passivos financeiros pelo valor justo, com taxa de juros prefixada por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros e câmbio) como instrumentos de "hedge" usando o modelo de contabilidade de "hedge" de valor justo para este tipo de proteção.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do saldo de aplicações financeiras de liquidez imediata e de títulos de valores mobiliários do Grupo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acrescidos da CDI, foram definidos dois cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas no dia 29 de janeiro de 2026 pelo Banco Central do Brasil (Bacen), foi obtida a projeção de moeda estrangeira e taxa que lastreia as operações interbancárias para cada uma das transações analisadas, sendo este definido como variações de piora na taxa em 25% (cenário I) e 50% (cenário II). Consideradas as taxas de stress, os saldos contábeis projetados seriam:

	Risco CDI		Cenário Provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Operação	Queda do percentual CDI (25%)	Valor Nominal			
Caixa e equivalente de caixa		180.485	202.594	197.067	191.540
Contas a pagar pela aquisição de investimentos		176.503	198.125	192.719	187.314
Empréstimos e Financiamentos		1.820.011	2.042.962	1.987.225	1.931.487
			2.443.681	2.377.011	2.310.341

Na data base de 31 de dezembro de 2025, o Grupo não detinha empréstimos em moeda estrangeira para que fossem apresentados os cenários de estresse da análise de sensibilidade dos saldos a projeções de taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros (contratos futuros)

A Companhia em 2025, passou a realizar operações de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre, por meio da celebração de contratos de compra e venda de energia com diferentes contrapartes de mercado, os quais estabelecem condições relacionadas a volumes, prazos e preços negociados entre as partes, em conformidade com as regras e procedimentos aplicáveis ao mercado de energia elétrica.

Em linha com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia mensura os contratos vigentes ao valor justo na data de reporte, procedendo à marcação a mercado com base em informações observáveis, incluindo curvas de preços de energia, condições contratuais e demais premissas de mercado disponíveis.

As variações decorrentes da atualização do valor justo desses contratos são reconhecidas no resultado do período, refletindo a reavaliação das posições contratuais existentes na data-base das demonstrações financeiras. A Companhia possui contratos futuros de energia com vencimento até dezembro de 2028 demonstrados abaixo:

Contratos futuros (comercialização de energia)	MWh comercializados	Contratos negociados	(Perda) ganho no MTM	Valor presente dos contratos futuros
Venda	764.116	167.304	(34.863)	(30.497)
Compra	764.116	(175.617)	26.549	23.233
		<u>(8.313)</u>	<u>(8.313)</u>	<u>(7.264)</u>

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo possui incentivos de longo prazo que outorgam aos empregados opções de compra de ações, liquidáveis em ações.

De acordo com este incentivo, as opções podem ser exercidas por preços pré-estabelecidos na data da outorga quando as condições para exercício sejam atendidas. São condições para o exercício: (i) evento de liquidez para o acionista controlador; (ii) retorno mínimo esperado do acionista controlador e (iii) tempo de serviço mínimo. Estes critérios não foram atingidos cumulativamente, portanto nenhuma opção foi exercida até a data. Caso o empregado decida sair do Grupo antes que as três condições acima sejam cumpridas, ele tem suas opções canceladas. As regras e condições descritas aplicam-se igualmente a ambos os planos de incentivos descritos abaixo.

Plano	Data da outorga	Número de opções (em milhares)	Total em R\$ mil	Vida contratual da opção
Incentivo 2014	1 de dezembro de 2014	893	1.590	48 meses após a outorga
Incentivo 2015	1 de dezembro de 2015	33	94	48 meses após a outorga
Incentivo 2016	1 de agosto de 2016	590	1.487	48 meses após a outorga
Incentivo 2017	24 de agosto de 2017	410	2.677	48 meses após a outorga
Incentivo 2018	9 de fevereiro de 2018	1.564	11.181	48 meses após a outorga
Incentivo 2019	9 de janeiro de 2019	2.093	12.422	48 meses após a outorga
Incentivo 2020	9 de janeiro de 2020	2.773	13.253	48 meses após a outorga
RSU 2021	1º de julho de 2021	855	9.379	36 meses após a outorga
RSU 2022	1º de julho de 2022	509	6.449	36 meses após a outorga
RSU 2023	1º de julho de 2023	1.116	10.039	36 meses após a outorga
RSU 2024	1º de julho de 2024	634	2.612	36 meses após a outorga
Total de opções de ações		<u>11.470</u>	<u>71.183</u>	

Mensuração de valor justo

O valor justo dos planos de opções que possui pagamento baseado em ações, denominado “Incentivo”, liquidável em ações foi avaliado a valor justo com base na fórmula de “Black-Scholes”. Condições de serviço e de desempenho não-mercado não foram consideradas na mensuração de valor justo.

Notas Explicativas

Elfa Medicamentos S.A.

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga dos planos de pagamento baseado em ações são:

Planos de incentivo de longo prazo	2014	2015	2017	2018	2019	2020
Valor justo na data de outorga	1,78	2,85	2,52	6,54	7,15	5,93
Preço da ação na data de outorga	2,61	4,09	4,37	8,79	10,37	11,58
Preço de exercício	1,46	2,15	2,44	2,91	3,84	6,17
Volatilidade esperada (média ponderada)	23%	26%	19%	22%	18%	18%
Vida da opção (em anos)	4	4	4	4	4	4
Taxa de juros livre de risco (CDI)	11,57%	14,14%	6,9%	6,4%	4,4%	2,15%

A volatilidade esperada foi estimada considerando a métrica de mercado volatilidade histórica do indicador Bovespa em período proporcional ao prazo esperado. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral do detentor da opção. O método de valorização utilizado foi “Black-Scholes”.

Entre os anos de 2021 e 2024, o Grupo concedeu um novo plano de ações restritas “RSU”. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo convertido em ações com base no último valor justo apurado pelo Grupo antecedente à concessão das ações restritas.

Planos de incentivo de longo prazo - RSU	2021	2022	2023	2024
Valor justo na data de outorga	10,96	12,67	10,63	8,09
Preço da ação na data de outorga	12,64	10,63	8,28	9,67
Preço de exercício	10,96	12,67	10,63	8,09
Vida da opção (em anos)	3	3	3	3

Despesas reconhecidas no resultado

Em relação aos planos mencionados acima, o Grupo reconheceu como de despesas com salários e encargos, o montante total em contrapartida a reserva de opções outorgadas, o montante total conforme quadro abaixo:

Plano	31/12/2025	31/12/2024
Incentivo 2014	7.015	-
Incentivo 2015	63	-
Incentivo 2016	-	-
Incentivo 2017	-	-
Incentivo 2018	302	-
Incentivo 2019	4.675	-
Incentivo 2020	5.622	(713)
Incentivo 2021	(821)	(584)
Incentivo 2022	(1.418)	(558)
Incentivo 2023	735	(7.739)
Incentivo 2024	(1.416)	(1.186)
Reversão (Despesa) reconhecida no período	<u>14.757</u>	<u>(10.780)</u>

Notas Explicativas**27. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Abaixo estão sendo apresentadas as informações adicionais sobre transações que não envolvem caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Nota Explicativa	Natureza da Transação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado		12.570	-	27.557	-
NE 12. Empréstimos e financiamentos e arrendamentos a pagar	Efeitos do IFRS 16 (Adições/Baixas)	12.570	-	27.557	-
NE 8. Investimento		15.042	-	-	-
NE 10. Contas a pagar a partes relacionadas	Baixa de dividendos pagos	15.042	-	-	-
NE 15. Ativos indenizatórios	Reversão de provisão de contingências não materializadas e ativos indenizatórios levantadas em due diligence	-	-	101.657	-
NE 15. Provisão para contingências	Constituição de provisão de contingências e ativos indenizatórios	-	-	101.657	-
NE 15. Ativos indenizatórios	Reversão de provisão de contingências não materializadas sem ativo indenizatório constituído	(12.138)	-	(13.686)	-
NE 15. Provisão para contingências		(12.138)	-	(13.686)	-
NE 15. Ativos indenizatórios		5.102	-	6.864	-
Reserva de capital		5.102	-	6.864	-

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre fevereiro e março de 2026, a Companhia recebeu aportes de capital que, no montante somam R\$160.000 de seus acionistas. Os recursos foram integralizados em caixa e têm como objetivo o fortalecimento da estrutura de capital da Companhia e o suporte às suas atividades operacionais e estratégicas.

Em 26 de fevereiro de 2026 a Companhia publicou edital de convocação dos debenturistas com a finalidade de aprovar a alteração do prazo previsto na Cláusula 9.1, item (xxxiv) da Escritura de Emissão, de modo a permitir que a Companhia realize o Aumento de Capital (conforme definido na Escritura de Emissão) até 31 de dezembro de 2026. Permanecem inalterados os demais termos, condições e valores mínimos e máximos do referido Aumento de Capital, bem como a manutenção das demais obrigações previstas na Cláusula 9.1, afastando-se qualquer penalidade nos termos da Cláusula 8.1.2.

Vinícius Soares Martins
Controller/Contador
CRC MG 096531/O-5

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da
Elfa Medicamentos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Elfa Medicamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Elfa Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais ("IFRS Accounting Standards"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de ágio ("goodwill") gerado em combinações de negócios

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", a Companhia é requerida a proceder anualmente a um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ágio por rentabilidade futura ("goodwill"). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, um saldo de ágio de R\$1.326.068 mil no consolidado, representando aproximadamente 22% do total do ativo consolidado em 31 de dezembro de 2025.

Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve muito julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de desconto, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou pelos cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) envolvimento de nossos especialistas internos para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, bem como na revisão da taxa de desconto utilizada pela Companhia para calcular os fluxos de caixa descontados; (ii) revisão e teste de sensibilidade das principais premissas utilizadas, tais como projeção de vendas e margem de lucro aprovada pela Diretoria da Unidade Geradora de Caixa ("UGC") da Companhia; e (iii) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do "goodwill", incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionados à avaliação da redução ao valor recuperável. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados e concluímos que estes permanecem adequados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da Diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e as premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ágio, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Realização dos impostos diferidos (conforme nota explicativa nº 23 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia preparou um estudo para avaliar a capacidade de recuperação do saldo de impostos de renda diferidos ativos e, como resultado, reconheceu provisão para parte do saldo dos impostos de renda diferidos ativos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, no montante de R\$257.530 mil.

O reconhecimento dos impostos de renda diferidos envolve a necessidade de julgamento em relação ao histórico de lucratividade e à sua futura realização, a partir de projeções de resultados tributáveis futuros. Esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria, uma vez que a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Diretoria, poderia modificar significativamente os prazos previstos para a realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida que o prazo para sua recuperação aumenta. Portanto, eventuais mudanças nessas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela Diretoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da realização dos impostos diferidos; e (ii) revisão das projeções de resultados tributáveis futuros preparada pela Diretoria da Companhia e da consistência dessas projeções com o orçamento elaborado e aprovado pela Diretoria da Companhia e com os dados históricos de estimativas passadas e com as suas efetivas realizações.

Adicionalmente, recorremos a profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia utilizadas pela Companhia e por suas controladas quando do fluxo de caixa e da preparação dessas estimativas de rentabilidade futura. Esse fluxo foi a base para projeção do lucro tributável futuro. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificado ajuste corrigido pela administração e deficiência no controle interno relacionado à capacidade de realização do saldo dos impostos de renda diferidos ativos. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados e concluímos que estes permanecem adequados.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria anteriormente resumidos, consideramos aceitáveis as determinações do lucro tributável futuro e a provisão reconhecida para parte do saldo dos impostos de renda diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes examinados por outros auditores independentes

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 20 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, diretores da ELFA MEDICAMENTOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a Rodovia 475, Galpão 02, Módulos 04, 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte, CEP 72427-010 (Condomínio de Galpões SYS Gama Business Park), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.053.134/0001-45 ("Companhia"), declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2025

Diretores:

José Roberto Correa Teixeira Ferraz
Diretor Presidente

Rafael Moisés Franco Pereira da Costa
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento ao artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os abaixo assinados, diretores da ELFA MEDICAMENTOS S.A., sociedade anônima, com sede na cidade de Brasília, Gama, Distrito Federal, Intersecção da Rodovia DF 001 com a Rodovia 475, Galpão 02, Módulos 04, 05 e 06, Bairro Ponte Alta Norte, CEP 72427-010 (Condomínio de Galpões SYS Gama Business Park), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.053.134/0001-45 ("Companhia"), declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam com Demonstrações Financeiras da Companhia do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Brasília, 17 de março de 2025

Diretores:

José Roberto Correa Teixeira Ferraz
Diretor Presidente

Rafael Moisés Franco Pereira da Costa
Diretor Financeiro e de
Relação com Investidores